



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

Parecer nº 361/2018/CGCC/SDR - MI

Referência: 59553.001658/2017-81

Interessado: Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste/PR

Assunto: Análise do Projeto Básico de Engenharia

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O objetivo deste documento é emitir um Parecer Técnico para fins de aprovação do Projeto Básico de Engenharia apresentado pela Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste/PR - PROPONENTE - à União, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional – CONCEDENTE, no âmbito do Convênio 862290/2017.
2. Tal Convênio consiste em solicitação de transferência de recursos, através da Proposta nº 100437/2017 cadastrada no Portal de Convênios - SICONV, para Recapeamento Asfáltico na Estrada da linha São Luiz para fomentar o Escoamento da Produção Agrícola no Município de Nova Esperança do Sudoeste/PR. O valor do pré-convênio é de R\$ 1.002.000,00 (um milhão e dois mil reais), dos quais, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) consiste em cooperação deste Ministério e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na contrapartida do Município.
3. Diante da análise técnica dos documentos apresentados pela Conveniente, sugere-se a aprovação do projeto básico de engenharia, no valor de R\$ 979.791,09 (novecentos e setenta e nove mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos).

ANÁLISE

4. O Plano de Trabalho está inscrito no Portal de Convênios (SICONV), sendo o objeto "Recapesamento Asfáltico na Estrada da linha São Luiz para fomentar o Escoamento da Produção Agrícola no Município de Nova Esperança do Sudoeste/PR".
5. Destaca-se que esta análise segue as exigências do Decreto nº 6.170 de 25/07/2007, da Portaria Interministerial nº 507/2011, do Acórdão nº 2622-2013 TCU e do vigente Manual de Análise de projetos básicos de engenharia da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. Verificou-se que os documentos apresentados são necessários e suficientes para a análise do Projeto, no aspecto de sua viabilidade física e financeira, possibilitando avaliar o custo da obra, procedimentos executivos e o prazo para execução. A PROPONENTE apresentou no SICONV o Projeto Básico composto dos seguintes documentos:

QUADRO RESUMO DOS DOCUMENTOS DO PROJETO BÁSICO:

--	--

DOCUMENTOS	REFERÊNCIA - SEI
Mapa de Localização das Obras	1007564
Memorial de Descritivo	1007548
Cronograma Físico-Financeiro - COM E SEM DESONERAÇÃO	1007560
Planilha Orçamentária - SEM E COM DESONERAÇÃO	1007555
Planilha Composição BDI	1009676
Memorial de Cálculo De Quantitativos	1007579
Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, de Projeto, Orçamento e Fiscalização	1007493
Relatório Fotográfico	1007541
Peças Gráficas	1007583
Declaração de compatibilidade de quantitativos e preços	1007567
Declaração de indicação do Responsável pelo Acompanhamento da Obra	1007567
Declaração de Dominialidade pública	1007567
Dispensa da Licença Ambiental	1007544
Estudos Técnicos Preliminares	1007574
QCI COM E SEM DESONERAÇÃO	1007585

6. Considerando a Lei 13.161/2015, que trata da eletividade da desoneração da folha de pagamento (CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre a Renda bruta), o conveniente apresentou dois orçamentos: um com preços unitários de referência e BDI com a desoneração; e outro sem desoneração. Verificou-se que o orçamento sem desoneração (1007555) é mais vantajoso, apresentando valor final de R\$ 979.791,09 (novecentos e setenta e nove mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos), sendo, portanto, escolhido como orçamento paradigma para o convênio e posterior processo licitatório a ser realizado pelo conveniente.

7. Dado o orçamento escolhido, os custos unitários dos materiais e serviços apresentados foram verificados frente às planilhas de referência SINAPI do Estado do Paraná sem desoneração - de Agosto de 2017. Verificou-se que os custos dos itens estão de acordo aos apresentados nas tabelas de referência vigentes no período em que o orçamento foi apresentado pela proponente.
8. Foi adotado o BDI de 20,96%, sem desoneração, valor que está de acordo com o acórdão nº 2622-2013 TCU e com o manual de análise técnica de projetos básicos de engenharia do Ministério da Integração Nacional, visto que a obra pode ser classificada como "construção de rodovias e ferrovias".
9. Observou-se ainda, na análise de custos, inexistência de despesas que são vedadas: a) a realização de despesas de taxa de administração, de gerência ou similar; b) pagamento a servidor ou empregado público por serviços de consultoria ou assistência técnica; c) transferência de recursos para clubes, associações de servidores, sindicatos, federações ou quaisquer entidades congêneres; d) realização de despesas com publicidade; e) celebração de convênios com instituições privadas com fins lucrativos.
10. O Cronograma físico-financeiro do projeto apresenta prazo estimado de execução da obra de 6 (seis) meses. Recomenda-se que a liberação dos recursos seja realizada em duas parcelas. Ressalva-se que os valores das parcelas apresentadas, bem como dos valores de contrapartida, podem ser ajustadas frente a eventuais ajustes advindos do desconto do processo licitatório, de alterações contratuais ou de ajustes no Plano de Trabalho, sendo que estes ajustes devem ser previamente comunicados e submetidos a análise por este Ministério.
11. Quanto à forma de acompanhamento da obra, sugere-se que sejam efetuadas, no mínimo, três inspeções técnicas no objeto do convênio, sendo duas intermediárias, para verificação do andamento das obras, e outra após a conclusão da obra e apresentação da prestação de contas, para recebimento final do objeto. Solicita-se que durante execução das obras sejam apresentados no convênio os documentos para acompanhamento da execução, tais como Boletins de Medição, laudos técnicos, bem como a documentação do processo licitatório.
12. O projeto para a construção da estrutura física e a elaboração do orçamento será de responsabilidade da Engenheira Civil, Lilian Giseli Alberton, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de número 20182694384 e Declaração de Compatibilidade de Preços e Quantidades. A fiscalização das obras será de responsabilidade do Engenheiro Civil, Lilian Giseli Alberton, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de número 20182694384 e Declaração de Indicação de Engenheiro Fiscal. Assim, supõe-se que o Município de Nova Esperança do Sudoeste/PR possui capacidade técnica para executar de forma satisfatória o objeto deste Convênio, desde que sejam observadas as informações nas Peças Gráficas, Memorial Descritivo e outros documentos técnicos citados no Quadro Resumo dos documentos do projeto básico apresentado neste parecer.
13. Quanto à documentação de Licenciamento Ambiental, cita-se que o Convêniente apresentou documento de dispensa de Licenciamento Ambiental.
14. Quanto a dominialidade, destaca-se que foi apresentada pelo convêniente a documentação de Dominialidade Pública, que consiste em declaração assinada pelo prefeito do município.
15. Salienta-se que, após a análise do projeto básico, o valor final da obra foi de R\$ 979.791,09 (novecentos e setenta e nove mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos). Conforme disposto no Art. 20 da Portaria/MI Nº 555 de 4 de outubro de 2012, quaisquer aditivos devem ser realizados após realização do processo licitatório, o qual deve ser realizado após aprovação do projeto básico, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016, uma vez que o valor aprovado no projeto é superior ao Empenho.

16. Após a análise do Projeto Básico de Engenharia, conclui-se que os elementos técnicos que definem o pleito estão compatíveis com as exigências do Decreto nº 6.170 de 25/07/2007 e da Portaria Interministerial nº 424/2016. Considerando a metodologia de análise descrita neste parecer, verificou-se que as solicitações referentes ao custo da obra foram atendidas e seus custos estão compatíveis com os exigidos por este Ministério e também com o mercado local e regional, indicando que a obra é viável no aspecto financeiro. Também não foi verificado inclusão de custos vedados na Planilha de Custos apresentada, sendo necessária a apresentação da Licença Ambiental ou Dispensa para assegurar a viabilidade ambiental.

17. Diante do exposto, submeto os autos à consideração superior, sugerindo aprovação do projeto básico de engenharia no valor de R\$ 979.791,09 (novecentos e setenta e nove mil seicentos e noventa e um reais e nove centavos) e demais providências pertinentes.

18. A finalidade deste Parecer Técnico, consiste apenas na análise dos aspectos de Engenharia.

À consideração superior.

Em 03 de outubro de 2018.

Celso Mamede Lima
Coordenador de Análise de Projetos



Documento assinado eletronicamente por Celso Mamede Lima, Assessor Técnico, em 05/10/2018, às 08:40, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1609694 e o código CRC EA2BA759.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



COMUNICAÇÃO INTERNA

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, 26 de outubro de 2018.

De: Sr. Jair Stange – *Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sudoeste - PR.*

Para: Sr.(a) Maria Edina de Oliveira – *Contadora Municipal*

Mediante recebimento do Parecer nº 361/2018/CGCC/SDR – MI, de 03 de outubro de 2018, do Ministério da Integração Nacional, que autoriza o Município a iniciar o processo licitatório para a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, venho através deste requerer a Vossa Senhoria os bons préstimos de nos fornecer informações quanto à disponibilidade prevista de dotação orçamentária para a execução do objeto anteriormente mencionado para realização do processo licitatório.

Encaminha-se ao Departamento Contábil para análise e emissão de parecer.

Cordialmente,



JAIR STANGE
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



PARECER CONTÁBIL

Em atenção ao Parecer nº 361/2018/CGCC/SDR – MI de 03 de outubro de 2018 do Ministério da Integração Nacional que tem como objetivo a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, e à comunicação interna do Poder Executivo para que seja verificada a existência de recursos orçamentários para assegurar às obrigações decorrentes quanto à execução do objeto citado acima, já foram tomadas todas as medidas cabíveis a este setor.

Há recursos orçamentários para assegurar as obrigações conforme dotação prevista na Lei Orçamentária, informada a seguir:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA							FONTE	CATEGORIA
DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1849	0802	15	451	16	1	6		449051020200

VALOR PREVISTO R\$ 979.791,09 (Novecentos e setenta e nove mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 26 de outubro de 2018.

Maria Edina de Oliveira
Contadora Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



AUTORIZAÇÃO

DE: Sr. Jair Stange – *Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sudoeste - PR.*

PARA: Sr. Dirceu Bonin – *Presidente da Comissão Permanente de Licitação*

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 26 de outubro de 2018

Considerando o Parecer nº 361/2018/CGCC/SDR-MI datado em 03 de outubro de 2018, referente ao convênio nº 862290/2017, as informações nele contido e o parecer contábil contido no presente processo, **AUTORIZO** que seja elaborada a minuta do edital e do contrato para procedimentos de realização do processo licitatório sob a modalidade a ser definida em conformidade, com os termos da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993.

Encaminha-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.



JAIR STANGE
Prefeito Municipal



Município de
Nova Esperança do Sudoeste
Estado do Paraná



PORTARIA Nº. 004/2018

EMENTA: Nomeia os membros da Comissão de Recebimento, Abertura e Julgamento de Licitações para o Exercício de 2018.

JAIR STANGE, Prefeito Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 51 da Lei Federal nº. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o Exercício de 2018 a Comissão de Recebimento, Abertura e Julgamento de Licitações, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Dirceu Bonin
Matrícula: 5804-1/2

Secretária: Cristiane Martins Preis
Matrícula: 5793-2/1

Membro: Tais Moura
Matrícula: 57374-4/1

Suplente: Marcio Freitag
Matrícula: 5830-0/2

Art. 2º. Fica autorizado o Senhor Dirceu Bonin, inscrito no CPF/MF sob nº. 026.677.339-75, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, a assinar o instrumento convocatório e demais fases do certame realizado pela Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Revogada as disposições em contrario, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná em 11 de janeiro de 2018.


JAIR STANGE
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº. 100/2018

01. OBJETIVO

Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, sendo a presente Licitação do tipo Menor Preço - Global Por Lote.

02. INSTAURADOR, SUPORTE LEGAL e REGIME DE CONTRATAÇÃO

O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, Estado do Paraná, ora denominado licitador, torna público que às 09h00min horas do dia 19 de novembro de 2018, na Avenida Iguaçu, nº.750, Centro, em Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, a Comissão de Licitação, integrada por membros indicados pelo órgão instaurador da licitação, através de documento hábil, receberá as propostas para execução da obra objeto da Tomada de Preços nº. 11/2018. Esta licitação, sob regime de empreitada por preço global por lote, do tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, será regida pela Constituição do Estado do Paraná Artigo 27, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores; Lei nº 8.866, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, pelas disposições deste Edital e pelo modelo de Contrato em anexo.

03. INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÕES DO EDITAL

03.1. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados, por escrito, à Comissão de Licitação, até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas (envelopes nº 01 e nº 02), sendo que as respostas serão enviadas por escrito a todas as proponentes, até 02 (dois) dias úteis antes do recebimento das propostas, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

03.2. A qualquer tempo, antes da data limite para o recebimento das propostas (envelopes nº 01 e nº 02), o licitador poderá por sua própria iniciativa ou como consequência de algum esclarecimento solicitado por uma possível proponente, alterar os termos do Edital, com anuência expressa do Prefeito Municipal, mediante a emissão de um adendo.

03.3. Nos casos em que a alteração do Edital importe em modificação das propostas, o licitador prorrogará o prazo de entrega das mesmas.

04. OBJETO, REGIME DE EXECUÇÃO, TIPO, PRAZO DE EXECUÇÃO, CAPITAL SOCIAL, VALOR TOTAL DA OBRA

04.1. A presente licitação tem por objeto a execução, sob regime de empreitada por preço global (analisado), tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste da seguinte obra:

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica na Estrada da linha São Luiz para fomentar o escoamento da produção agrícola no Município de Nova Esperança do Sudoeste/PR	R\$ 979.791,09

Demais informações seguem abaixo:

Local: Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica na Estrada da linha São Luiz para fomentar o escoamento da produção agrícola no Município de Nova Esperança do Sudoeste/PR, com 7.800mts².
Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital.
Regime de execução: Menor Preço - Global por Lote
Prazo de execução da obra: 180 (cento e oitenta) dias a partir da autorização do início da obra
Prazo de vigência do contrato: 540 (Quinhentos e quarenta) dias
Capital social mínimo: R\$ 97.979,10 (Noventa e sete mil novecentos e setenta e nove reais e dez centavos) (Dez por cento do valor da obra).
Total Da Obra: R\$ 979.791,09 (Novecentos e setenta e nove mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos)
A obra deverá ser executada em conformidade com o projeto, especificações técnicas, memoriais e demais documentos em anexo ao processo licitatório.

04.2. O valor do subtotal da planilha orçamentária, de cada grande item, está disponível no Quadro de Composição de Investimento (QCI) em anexo ao edital.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



04.3. Independentemente do valor apresentado pela proponente, para cada grande item, o preço global da proposta não poderá ultrapassar o Preço Máximo estabelecido no item 04.1, sob pena de desclassificação.

04.4. O prazo de execução da obra será contado a partir do dia da Autorização de início da obra, expedido pelo setor competente.

05. ÍNDICES FINANCEIROS

A proponente deverá comprovar por meio do modelo em anexo ao edital, sua capacidade financeira mediante a apresentação dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e endividamento (E), cujos valores limites são os a seguir estabelecidos:

(LG) (valor mínimo)	(LC) (valor mínimo)	(E) (valor máximo)
1,10	1,10	0,50

06. RECURSOS FINANCEIROS

As despesas com a execução do objeto será financiada com recursos da seguinte conta:

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA							FONTE	CATEGORIA
DIVISÃO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	1849	0802	15	451	16	1	6		449051020200

07. PASTA TÉCNICA e ELEMENTOS INSTRUTORES.

07.1. A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos poderá ser examinada no endereço mencionado no item 02 em horário comercial. O licitador não assume responsabilidade com a proposta da proponente que não retirou o edital e seus modelos e anexos diretamente do licitador. Neste caso, não serão aceitos protestos ou reclamações de empresas em relação a tais documentos, principalmente no que concerne ao item 03.2.

07.2. São partes integrantes deste edital os seguintes elementos instrutores, bem como quaisquer adendos posteriores emitidos de acordo com o item 03.2:

- Carta-credencial (Modelo em anexo ao edital);
- Declaração de recebimento de documentos (Modelo em anexo ao edital);
- Atestado de visita (Modelo em anexo ao edital);
- Declaração de responsabilidade técnica (Modelo em anexo ao edital);
- Capacidade financeira (Modelo em anexo ao edital);
- Declaração de sujeição ao edital e inexistência de fato ou fatos supervenientes Impeditivos da habilitação (Modelo em anexo ao edital);
- Carta-proposta de preços (Modelo em anexo ao edital);
- Declaração de que a proponente enquadra-se como pequena ou micro empresa para os fins da Lei Complementar 123/06 e alterações (Modelo em anexo ao edital);
- Declaração, sob pena da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Modelo em anexo ao edital);
- Termo de Renúncia (Modelo em anexo ao edital);
- Declaração de não parentesco (modelo em anexo ao edital);
- Declaração de idoneidade (Modelo em anexo ao edital);
- Planilha Orçamentária (conforme anexo em arquivo);
- Cronograma físico-financeiro;
- Cálculo do BDI;
- Declaração de Disponibilidade de Veículos, Máquinas e Equipamentos (modelo em anexo ao edital);
- Modelo de Contrato de Empreitada (Modelo em anexo ao edital);

08. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

08.1. Poderão participar da presente licitação:

- Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, e que satisfaça as condições e exigências contidas neste edital.
- A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- As pequenas empresas que desejarem participar do certame para o tratamento diferenciado com os benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações posteriores, deverão apresentar no envelope nº 01 de habilitação a declaração de micro empresa conforme modelo em anexo ao edital e também a certidão simplificada da Junta Comercial.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



d) Empresa do ramo cadastrada, nas condições exigidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com certificado de registro cadastral emitido pelo município de Nova Esperança do Sudoeste Estado do Paraná. (envelope nº01)

08.2. Não poderão participar desta licitação:

- 1) o autor do projeto básico ou executivo da obra;
- 2) empresa ou consórcio de empresas responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo da obra, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 3) empresa expressamente declarada inidônea por qualquer órgão da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, ou que tenha suspenso seu direito de licitar ou impedida de contratar com o licitador;
- 4) servidor ou dirigente vinculado ao licitador;
- 5) consórcio de empresas.

08.3. Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas.

08.4. A empresa que desejar ter participante presente no ato do certame deverá credenciar o mesmo através de carta credencial conforme modelo em anexo ao edital, caso o representante da empresa for o sócio administrador apresentar somente cópia do contrato social da empresa, munido de documento de identificação com foto.

09. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

09.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta. O licitador não será responsável direta ou indiretamente por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.

09.2. A proponente deverá entregar à Comissão de Licitação no local, data e hora fixados neste edital, os envelopes:

- a) ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO;
- b) ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS.

Os envelopes deverão ser entregues fechados e inviolados, contendo em sua parte externa e frontal os dizeres:

RAZÃO SOCIAL - CNPJ
TOMADA DE PREÇOS Nº11/2018
ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
DATA: ____/____/2018

RAZÃO SOCIAL - CNPJ
TOMADA DE PREÇOS Nº11/2018
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
DATA: ____/____/2018

09.3. A documentação de habilitação e proposta (envelopes nº01 e nº02) poderá ser entregue diretamente pela proponente à Comissão de Licitação ou enviada pelo correio ou outro serviço de entrega. Entretanto, a Comissão de Licitação não será responsável por qualquer perda de documentação e proposta (envelopes nº. 01 e nº. 02) enviada pelo correio ou outro serviço de entrega, ou pelo atraso na entrega da mesma.

09.4. A proposta, e os demais documentos, bem como toda a correspondência, trocada entre a proponente e o licitador deverão ser escritos em língua portuguesa. Documentos de apoio, como ilustrações, catálogos, folhetos e outros similares, podem ser versados em outro idioma desde que acompanhados de tradução (por tradutor juramentado) para o idioma português.

09.5. No horário estabelecido neste edital e aberto o primeiro envelope, nenhuma outra(s) proposta(s) (envelopes nº01 e nº02) será(ão) recebida(s).

10. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01

10.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório ou publicação em órgão de imprensa e deverão estar com prazo de validade em vigor. Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito desde que a data de emissão não seja anterior a 90 (noventa) dias da data limite para o recebimento das propostas. As folhas deverão, preferencialmente, estar numeradas em ordem crescente e rubricadas pela proponente, lembrando que todos os documentos deverão estar inseridos no envelope devidamente lacrado e tudo o que for cópia deverá estar autenticada em cartório, não será realizada autenticação por servidor da Administração Pública de nenhum documento solicitado no referido certame.

10.2. Deverão estar inseridos no envelope nº 01, documentação de habilitação:

10.2.1. QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ao ramo pertinente a licitação.
- b) Contrato Social ou Estatuto Social da empresa em vigor, atualizado e autenticado em cartório.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



- c) Certificado de registro cadastral emitido pelo órgão licitante, referente ao processo em epígrafe.
- d) Declaração que não emprega menores, sob pena da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei 10.097/00).
- e) Declaração de não parentesco, conforme Anexo do edital. O parâmetro para o grau de parentesco é por analogia a Súmula Vinculante nº. 13 do Supremo Tribunal Federal.
- f) As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, deverão apresentar a Declaração de Micro empresa ou empresa de pequeno porte, juntamente com a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- g) Declaração de que concorda com todas as condições estabelecidas no presente edital e documentos pertinentes, bem como, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, em anexo.
- h) Declaração de Disponibilidade de Veículos, Máquinas e Equipamentos, conforme modelo em anexo ao edital;

10.2.2. PROVA DE REGULARIDADE COM AS FAZENDAS:

- a) Federal mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;
- b) Estadual mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;
- c) Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa;
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos da lei 12.440 de 07/07/2011, a ser requerida via internet pelo site: www.tst.jus.br

OBS.: No caso em que a certidão negativa de débito de tributos/regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa forem unificadas, este documento único poderá ser apresentado;

OBS.: No caso da proponente pretender executar o contrato através de filial, deverá ser apresentado os documentos acima tanto da matriz quanto da filial.

10.2.3. QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, pessoa jurídica e pessoa física (Engenheiro responsável);
- b) Declaração de recebimento de documentos;
- c) Atestado de visita, expedido pelo licitador. A proponente, através de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, quando da visita ao local da obra deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta.
- d) Atestado de capacidade técnica e/ou declaração de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às solicitadas no item 04.1 com quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) da extensão da obra a ser executada;
- e) O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões), acima exigido, deverá(ão) ser comprovado(s) através de "Certificado de Acervo Técnico Profissional - CAT" do responsável(ais) técnico(s) indicado, emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU";
- f) Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (engenheiro civil/arquiteto) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;
- g) Comprovação do vínculo, através de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

10.2.4. QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

- a) prova de capacidade financeira conforme modelo, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os índices de:

- liquidez geral (LG); liquidez corrente (LC); e endividamento (E); tais índices serão calculados como se segue:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$$



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



Onde:

AC - ativo circulante PC - passivo circulante AP - ativo permanente RLP - realizável a longo prazo exigível a longo prazo

ELP -

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais;

b) demonstrações financeiras do último exercício social (*balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados*). O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e do encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Comprovado documentalmente a não existência do fechamento das demonstrações financeiras do último exercício, será aceito, somente para este caso, o do exercício anterior.

c) comprovação do capital social, integralizado e registrado na forma da lei, de valor igual ou superior ao estabelecido no item 04.1, para proponente brasileira ou valor equivalente na moeda do país de origem para empresa estrangeira, considerada para a conversão a taxa de câmbio, tipo comercial, para venda estabelecida pelo Banco Central em vigor 30 (trinta) dias anteriores à data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes n°01 e n°02*) pela Comissão;

d) Certidão Negativa expedida pelo cartório distribuidor de que a empresa não se encontra em processo de falência ou de recuperação judicial.

OBS: o valor do capital social poderá ser atualizado pela proponente, para a data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes n°01 e n° 02*), através de índices oficiais específicos para o caso;

10.3 É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico ou utilização de seu acervo técnico por mais de uma proponente.

10.4 O responsável técnico só poderá ser substituído se atender a todas as exigências do edital, com expressa autorização do licitador.

11. PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE N° 02

11.1 Deverá ser apresentado no envelope n°02 da proposta de preços, devidamente fechado e inviolado, contendo os documentos abaixo relacionados, em uma via original. As folhas deverão ser, preferivelmente, numeradas em ordem crescente e rubricadas por elemento credenciado da proponente.

1) Carta-proposta de Preços, datilografada ou impressa sem rasura e entrelinhas. Cada proponente deverá apresentar somente uma única carta-proposta de preços que deverá conter:

a) razão social, endereço, telefone, "fac-simile", e-mail e o CPNJ da proponente;

b) data;

c) preço global do objeto em moeda brasileira corrente, grafado em algarismos e por extenso;

d) prazo de execução do objeto em dias;

e) prazo de validade da proposta (*mínimo de 60 dias*), contados a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (*envelopes n°1 e n°2*) pela Comissão de Licitação.

f) nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;

OBS: Em casos excepcionais, previamente à expiração do prazo original de validade da proposta, o licitador poderá solicitar às proponentes uma prorrogação específica no prazo de validade. A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito. No caso da proponente recusar-se a estender o prazo de validade da proposta, sua proposta será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilatação do prazo solicitado, não será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços.

2) Planilha Orçamentária, impressa sem rasura e entrelinhas, e deverá ser preenchida conforme modelo em arquivo em anexo.

3) Cronograma Físico-Financeiro, devidamente preenchido, com o respectivo equilíbrio físico-financeiro constando o nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do profissional habilitado e o nome, número do RG e assinatura do responsável legal pela empresa.

4) QCI e BDI devidamente preenchidos de acordo com o edital.

12. DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. A apresentação da proposta de preços na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente os projetos, as especificações e demais documentos, que os comparou entre si, que obteve as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta de preços completa e satisfatória.

12.2. Os serviços/materiais deverão ser relacionados na Planilha Orçamentária, na coluna "DESCRIÇÃO".

12.3. As quantidades deverão ser relacionadas na Planilha Orçamentária, na coluna "QUANTIDADES".

12.4. Os preços unitários propostos deverão ser relacionados na Planilha Orçamentária, na coluna "PREÇO UNITÁRIO", e deverão ser apresentados para cada serviço/material, de conformidade com o projeto, as especificações e as demais peças fornecidas pelo licitador.

12.5. Deverão estar incluídos nos preços unitários: materiais, equipamentos, aparelhos, ferramentas, instrumentos, materiais de consumo, mão-de-obra, dissídios coletivos, seguros em geral, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, infortúnio do trabalho, hospedagem, locomoções, tributos, administração, lucro e quaisquer outras despesas necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais à execução da obra.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



12.6. O preço total deverá ser relacionado na Planilha Orçamentária na coluna "VALOR TOTAL" e será a soma dos preços subtotais de cada grande item do Quadro de Composição do Investimento.

12.7. Deverá ser apresentada planilha de composição de custos referentes ao BDI. Observar os limites para cada tipo de obra.

12.8. Fica entendido que os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe, que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.

13. RECEPÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

13.1. No local, dia e hora fixados neste edital, a Comissão de Licitação receberá os envelopes nº 01 e nº 02, fechados e inviolados, de cada proponente. Rubricará, juntamente com os representantes que assim o desejarem, os envelopes nº 02 que contém as propostas de preços e procederá à abertura dos envelopes nº 01 que contém a documentação de habilitação que será submetida ao exame da Comissão de Licitação e das proponentes interessadas.

13.2. Juntamente com o recebimento dos envelopes nº 01 e nº 02 o representante da proponente, se não for membro integrante da diretoria e querendo participar ativamente (com poderes legais para representar a proponente) da sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação a carta credencial devidamente preenchida.

13.3. Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma proponente.

13.4. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos envelopes nº 01 e nº 02, ressalvados os erros e omissões sanáveis. No entanto, é facultado à Comissão de Licitação realizar diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório em qualquer fase da licitação, solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, bem como, solicitar o original de documento da proponente, devendo a mesma apresentá-lo num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação.

13.5. Após a rubrica dos documentos, a Comissão de Licitação oportunizará aos representantes presentes a possibilidade de analisar a documentação de habilitação dos demais proponentes, que poderão impugnar, por escrito, algum documento apresentado em desacordo com o edital. Não havendo manifestação por parte dos proponentes a Comissão encerrará a sessão informando que o resultado do julgamento da habilitação será encaminhado aos interessados pelos meios usuais de comunicação.

13.6. Será lavrada ata circunstanciada da reunião, que registrará as impugnações, observações e demais ocorrências, e será assinada pela Comissão de Licitação e pelas proponentes presentes que assim o desejarem.

13.7. Será inabilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido, exceto o do item 13.2, desde que a informação que nele deveria estar contida, certificada ou atestada não puder ser suprida por outro documento apresentado ou estar disponível em site oficial. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.

13.8. A ausência de assinatura em documento emitido pela proponente poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.

13.9. Serão aceitas as certidões em original, cópia autenticada ou obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as às verificações, caso necessário. No caso de divergência entre os dados constantes da certidão apresentada e os dados constantes da verificação, prevalecerá esta. Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.

13.10. Se todas as proponentes forem inabilitadas a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação.

13.11. A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Não havendo recursos, ou definitivamente julgados, a Comissão comunicará às proponentes a data da sessão de abertura dos envelopes nº 02, através dos meios usuais de comunicação.

13.12. Caso a Comissão de Licitação conclua o exame dos documentos de habilitação na própria sessão, anunciará o respectivo resultado. Se todas as participantes renunciarem ao prazo para interposição de recurso, quanto à fase de habilitação preliminar, mediante manifestação expressa a constar na respectiva ata que deverá ser assinada por todas as proponentes, e procederá à abertura dos envelopes nº 02 das proponentes habilitadas.

14. ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. Na data fixada para a reunião de abertura dos envelopes nº 02, a Comissão de Licitação devolverá à proponente não habilitada o respectivo envelope nº 02, fechado e inviolado. Caso a proponente não habilitada não se fizer representar neste ato o envelope nº 02 ficará retido pela Comissão de Licitação juntamente com o processo licitatório.

14.2. A Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes nº 02 das proponentes habilitadas, examinará a documentação apresentada, lendo em voz alta o nome da proponente, o objeto, o preço global, o prazo de execução e o prazo de validade de cada proposta que serão rubricadas pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes presentes que assim o desejarem.

14.3. Da reunião de abertura dos envelopes nº 02 será lavrada ata circunstanciada que será assinada pela Comissão de Licitação e representantes das empresas proponentes presentes.

14.4. O critério a ser utilizado no julgamento das propostas será o menor preço global, desde que cumprido o exigido no edital. A Comissão de Licitação poderá relevar, numa proposta, qualquer informalidade, não harmonização ou irregularidade de natureza secundária, formal que não constitua um desvio significativo, desde que não prejudique ou afete a classificação relativa de qualquer outra proponente.

14.5. A ausência de assinatura na proposta, planilha ou cronograma físico-financeiro poderá ser suprida se o representante estiver presente na sessão e possuir poderes para ratificar o ato, devendo tal fato ser registrado em ata.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



14.6. A Comissão de Licitação fará a conferência da proposta de preços, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. Constatado erro aritmético ou de anotação no preenchimento serão efetuadas as devidas correções.

14.7. No caso de haver divergência entre o preço grafado em algarismos e o grafado por extenso, prevalecerá o último a menos que, na opinião da Comissão de Licitação, exista um erro grosseiro e óbvio, ou ainda, na omissão de um desses valores (algarismo ou extenso) a proposta será válida desde que não haja dúvidas sobre o preço apresentado.

14.8. Se existir diferença entre a quantidade proposta e a exigida no edital, prevalecerá esta.

14.9. Se existir erro aritmético na multiplicação da quantidade pelo preço unitário, o preço unitário prevalecerá a menos que, na opinião da Comissão de Licitação, exista um erro grosseiro e óbvio no preço unitário. Neste caso, o preço parcial cotado prevalecerá e o preço unitário será corrigido.

14.10. Nos casos em que houver diferença entre o preço global indicado na planilha orçamentária e o preço global analisado, prevalecerá este.

14.11. Se o valor de um grande item ultrapassar o percentual máximo admissível estabelecido, a diferença entre o valor proposto pela proponente e o máximo admissível será remanejado para a última parcela do cronograma físico-financeiro.

14.12. A Comissão de Licitação fará a conferência do cronograma físico-financeiro e procederá a correção se constatado erro, desequilíbrio físico-financeiro e/ou a necessidade de ajuste face o contido no item. A simples correção de erro, desequilíbrio físico-financeiro e/ou de ajuste não acarretará a desclassificação da mesma.

14.13. O cronograma físico-financeiro corrigido deverá ser aceito expressamente pela proponente. Caso a proponente rejeite a correção, a sua proposta será desclassificada.

14.14. Será desclassificada a proposta:

- a) elaborada em desacordo com o presente edital;
- b) cujo valor global analisado for superior ao estabelecido no item 04.1;
- c) que proponha qualquer oferta de vantagens não previstas no edital;
- d) que apresente preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes;
- e) que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- f) que não acoite correção do cronograma físico-financeiro;
- g) que venha a ser considerada inexequível pela Comissão de Licitação, após procedimento para apurar a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto, quando for razoável concluir que a proponente não é capaz de executar o Contrato ao preço de sua oferta.

14.15. Consideram-se inexequíveis as propostas cujos preços globais analisados sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos preços globais analisados, das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do preço orçado pelo licitador, ou
- b) preço global orçado pelo licitador.

14.16. A proponente deverá estar apta, quando solicitada pela Comissão de Licitação, a apresentar uma detalhada composição de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto para a obra. A composição de preço deverá ser entregue por escrito ao presidente da Comissão de Licitação, no prazo a ser fixado pela mesma, após o recebimento da solicitação. A não apresentação da composição detalhada dos preços unitários será considerada como prova da inexequibilidade da proposta de preço.

14.17. Da proponente vencedora, cujo preço global analisado for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor preço a que se referem as alíneas "a" e "b" do item 14.15, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional igual à diferença entre o valor resultante do item 14.15 e o preço global analisado.

14.18. Se todas as propostas de preços forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova proposta de preços.

14.19. Ocorrendo empate no preço global analisado entre duas ou mais propostas de preços, a Comissão de Licitação procederá ao sorteio em sessão pública, para se conhecer a ordem de classificação, desde que não ocorra o disposto no item 15.

14.20. A classificação das propostas será comunicada às proponentes através dos meios usuais de comunicação. A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

14.21. Não havendo recursos, ou definitivamente julgados, será declarado o vencedor.

15. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC nº 123)

15.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal conforme solicitado no edital.

15.2. Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

15.3. Considerar-se-á empate quando as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% superiores à proposta de menor preço classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por outra microempresa ou empresa de pequeno porte.

15.4. Ocorrendo o empate acima descrito, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço inferior à menor proposta classificada, na própria sessão. Uma vez apresentada nova proposta em valor inferior será considerada vencedora do certame e adjudicado o objeto em seu favor.

15.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal ou trabalhista, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis,



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa, mas para os mesmos terem direito ao prazo assegurado deverão apresentar cópia da negativa que está irregular juntamente com o restante da documentação solicitada.

15.6. As certidões deverão ser entregues à comissão de licitação dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas no art. 81 c/c 87 da Lei 8.666/93.

15.7. Após a entrega das certidões e análise quanto à regularidade fiscal ou trabalhista da proponente a Comissão de Licitação decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada às proponentes através dos meios usuais de comunicação (via e-mail). A partir da divulgação do resultado do julgamento as proponentes terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, se assim o desejarem, observando-se o disposto no Artigo nº. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.8. Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos no item 15.5, ou não ocorrendo a contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do item 15.3, segundo a ordem de classificação.

15.9. Na hipótese de não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

16. ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

16.1. A execução da obra dar-se-á mediante termo de Contrato de Empreitada, a ser firmado entre o licitador e a proponente vencedora da licitação, após análise desta licitação pelo Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná.

16.2. A proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato de Empreitada conforme anexo, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de contratação e sujeitando-se às penalidades previstas em lei.

16.3. A proponente vencedora deverá apresentar para celebração do contrato, quitação do débito junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia – CREA/CAU, ou visto, quando a empresa não tiver sede no Estado do Paraná. Se a proponente vencedora for estrangeira com sede no Exterior, deverá apresentar, para celebração do contrato, o registro e quitação de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia – CREA/CAU/PR.

16.4. É facultado ao licitador, quando a convocada não assinar o termo de Contrato, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou solicitar a revogação da presente licitação independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

17. PRAZOS

17.1. Na contagem dos prazos, previstos neste edital, excluir-se-á o dia da publicação/notificação/convocação e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam ou vencem os prazos referidos neste edital em dia de expediente no licitador.

17.2. O prazo máximo para o início dos serviços é a partir da autorização para início da execução, expedida pelo Município.

17.3. O prazo de execução do objeto será contado a partir do dia da data da Ordem de Serviço para início da execução da obra, expedida pelo município e não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

17.4. O prazo de execução da obra poderá ser alterado nos casos especificados na Cláusula Quarta da minuta do Contrato de Empreitada.

18. DA FISCALIZAÇÃO, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO e COMUNICAÇÃO

18.1. A fiscalização, reuniões de gerenciamento, comunicação está disciplinada na Cláusula Nona da minuta do Contrato de Empreitada.

19. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

19.1. A segurança e medicina do trabalho está disciplinada na Cláusula Décima Terceira da minuta do Contrato de Empreitada.

20. PLACAS DE OBRA

20.1. O fornecimento e instalação das placas de obra está disciplinada na Cláusula Quinta da minuta do Contrato de Empreitada.

21. PAGAMENTO

21.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, a partir da autorização para pagamento pelo Município, após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, desde que cumpridas as cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.

21.2. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias (original e uma cópia), no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da obra, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro fiscal;



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GRPS do mês de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para cada obra, e cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra;

c) a liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação:

- da ART pela CONTRATADA;
- da quitação junto ao INSS, através da CND conjunta;
- da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRS;
- da matrícula do INSS, referente ao objeto contratado.

d) a liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

- da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído através da apresentação da CND Federal Conjunta;
- Do Termo de Recebimento Provisório;

22. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

22.1. O recebimento provisório e definitivo da obra estão disciplinadas na Cláusula Décima Quinta da minuta do Contrato de Empreitada.

23. PENALIDADES

23.1. As penalidades a serem aplicadas por descumprimento contratual estão disciplinadas na Cláusula Décima Sétima da minuta do Contrato de Empreitada.

24. RESCISÃO

24.1. O licitador se reserva o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial, nos casos definidos na Cláusula Décima Nona da minuta de Contrato de Empreitada.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. O licitador se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente, sem que caiba à proponente o direito de qualquer reclamação ou indenização.

25.2. O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando não acorrem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto, ou anular quando ficar evidenciado que tenha havido falta de competição e/ou conluio.

25.3. A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irrevogável dos termos do edital.

25.4. A Comissão de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá efetuar vistorias nas instalações das proponentes durante a fase licitatória.

25.5. Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores/empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações, reivindicações por parte das proponentes.

25.6. As marcas comerciais dos materiais constantes nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais e nos orçamentos, quando citadas, são protótipos comerciais que servem, exclusivamente, para indicar o tipo de material a empregar. Portanto, serão aceitos materiais com qualidade, característica e tipo equivalentes ou similares.

25.7. Quando qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, a Contratada deverá notificar a fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

25.8. Caso as datas previstas para a realização de eventos na presente licitação seja declarado feriado ou ponto facultativo, esses eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente.

25.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicáveis à espécie.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 26 de outubro de 2018.


Jair Stange
Prefeito Municipal


Dirceu Bonin
Comissão Permanente de Licitação



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 01

CARTA-CREDENCIAL

À Comissão Permanente de Licitações

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018

PROCESSO Nº 100/2018

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, (inserir o nome completo), carteira de identidade (inserir o número e órgão emissor) e CPF/ME nº (inserir nº), na qualidade de responsável legal pela proponente (inserir nome da proponente) (cnpj nº), vem, pela presente, informar a V. S^{sa} que o senhor (inserir o nome completo), carteira de identidade (inserir o número e órgão emissor) e CPF/ME sob nº (inserir nº), é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de abertura e recebimento da documentação de habilitação e propostas de preços, para assinar as atas e demais documentos do certame com poderes para renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epígrafe.

Atenciosamente,

_____, em _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal/procurador
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 02

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

O signatário da presente, o senhor (insere o nome completo), representante legalmente constituído da proponente (insere o nome da proponente), declara que a mesma recebeu toda a documentação e tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução do objeto da Tomada de Preços supramencionada.

Local, ____ de ____ de 2018.

(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 03

ATESTADO DE VISITA

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

Declaramos que o Engenheiro (inserir o nome completo), CREA nº (inserir o número) da
proponente (inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra,
objeto da Tomada de Preços em epígrafe, e está ciente quanto ao local e as condições de execução do objeto.

Local, ____ de ____ de 2018.

(nome, RG nº e assinatura do responsável pelo licitador)

(nome, RG nº, CREA nº e assinatura do engenheiro habilitado da proponente)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 04

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

nº	Nome	Especialidade	CREA/CAU nº	Data do registro	Assinatura

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(is) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

Local, ____ de ____ de 2018.

(carimbo, nome, RG nº e assinatura do responsável legal)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 05

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$		
Endividamento (E) $E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$		

AC - ativo circulante;
AP - ativo permanente;
PC - passivo circulante;

RLP - realizável a longo prazo;
ELP - exigível a longo prazo.

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, ____ de ____ de 2018.

Representante legal
(nome, RG nº e assinatura)

Contador
(nome, RG nº, CRC nº e assinatura)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 06

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

O signatário da presente, em nome da proponente (inserir o nome da proponente), declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital de Tomada de Preços e respectivos modelos, adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, ____ de ____ de 2018.

(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 07

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA:	_____
CNPJ:	_____
ENDEREÇO:	_____
TELEFONE:	_____
E-MAIL:	_____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^{as} nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à execução de _____, da licitação em epígrafe.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada é de R\$ (insirir o valor da proposta) (insirir o valor por extenso).

O prazo de execução do objeto é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do fornecimento da Ordem de Serviços emitido pelo município.

O prazo de validade da proposta de preços é de (insirir o prazo de validade) (insirir o prazo de validade por extenso) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 01 e nº 02) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,

(carimbo, nome, RG nº e assinatura do responsável legal)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 08

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da Tomada de Preços nº 11/2018, realizado pelo Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR.

_____, em _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 09

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

DECLARAÇÃO

O signatário da presente, o senhor (insere o nome completo), representante legalmente constituído da proponente (insere o nome da proponente) declara, sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, em _____ de _____ de _____.

(carimbo, nome, RG nº e assinatura do responsável legal)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 10

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito e sob as penas da Lei, que a empresa interessada em participar do presente certame que não possui em seu quadro societário servidor ou empregado público da ativa ou empregado de empresa pública e que não tem parentesco com a Administração Pública Municipal.

_____, em ____ de ____ de ____.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº. 11

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

TERMO DE RENÚNCIA

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade Tomada de Preços nº. 11/2018, por seu representante credenciado, declara na forma e sob as penas impostas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso de procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de propostas de preços dos proponentes habilitados.

(inserir local, data, mês e ano)

(carimbo, nome, RG, e assinatura do representante legal)



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº. 12

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa CNPJ n.º declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
Carimbo do CNPJ



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº. 13

À Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

A empresa, CNPJ n.º, representada neste ato pelo seu sócio administrador o senhor, CPF/MF sob nº, declara, sob as penas da lei, que, irá disponibilizar os veículos, máquinas e equipamentos, de acordo com as especificações mínimas constantes na planilha orçamentária e demais documentos do processo, para execução do objeto da Tomada de Preços nº 11/2018, e que a mesma está ciente de todas as exigências do presente edital supra citado, bem como a veracidade desta declaração.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
Carimbo do CNPJ



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MODELO Nº 14

CONTRATO Nº ____/2018

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, A PREÇOS FIXOS E SEM REAJUSTE QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____ E A EMPRESA _____ REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018, NA FORMA ABAIXO:

O (insere no do contratante), situado na (insere endereço), PR, CNPJ (insere nº), a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu (insere nome do representante legal), portador da cédula de identidade R.G. nº (insere nº), CPF nº (insere nº), e a empresa _____, CNPJ _____, localizada na _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por _____ portador da cédula de identidade R.G. Nº (insere nº) CPF nº (insere nº), residente na _____, firmam o presente Contrato de Empreitada com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, na proposta da CONTRATADA datada de _____, conforme condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a execução de (insere objeto), sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da (licitação nº), fornecida pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O preço global para a execução do objeto deste Contrato, a preço fixo e sem direito a reajuste dos preços unitários, é de R\$ (insere valor) (insere valor por extenso), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas com a execução do objeto deste Contrato serão com recursos oriundos do Governo do Federal através do Ministério da Integração Nacional e da contrapartida do Município, na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA							FONTE	CATEGORIA
DIVISAO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	1849	0802	15	451	16	1	6		449051020200

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados apartir da emissão da Ordem de Serviços emitido pelo município.

Parágrafo Primeiro

Os serviços deverão ser iniciados a partir da autorização expedida pelo Município.

Parágrafo Segundo

Somente será admitida alteração do prazo quando:

- a) houver alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste Contrato, por atos do CONTRATANTE;
- c) houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;
- e) atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
- f) por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado.
- f) Outros casos previsto em lei.

Parágrafo Segundo

Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.

Parágrafo Terceiro



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo Quarto

O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução da obra com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

- a) confecção e colocação de placas de obra;
- b) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- c) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- d) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;
- e) manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- f) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- g) não manter em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- h) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos.
- j) manter regulares todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidente sobre os serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

- a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- c) garantir à CONTRATADA acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato e
- d) garantir à CONTRATADA acesso às suas instalações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, após autorização para pagamento pelo Município e após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias (original e uma cópia), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro fiscal;
- b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GRPS do mês de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra, e cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra;
- c) a liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação:
 - da ART pela CONTRATADA;
 - da quitação junto ao INSS, através da CND conjunta Federal;
 - da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRS;
 - da matrícula do INSS, referente ao objeto contratado.
- d) a liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:
 - da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído através da CND conjunta Federal;
 - do Termo de Recabimento Provisório;



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



Parágrafo Primeiro

O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR - CNPJ nº 95.589.289/0001-32, Avenida Iguaçu, nº 750, Centro, CEP: 85635-000, e constar na Nota fiscal nº contrato, da referida Tomada de Preços, do processo licitatório e do convênio.

Parágrafo Segundo

Se os serviços previstos numa parcela mensal do cronograma físico-financeiro não forem executados, qualquer serviço da parcela mensal seguinte não será pago.

CLÁUSULA OITAVA

No caso em que o valor dos serviços executados for superior ao da parcela mensal estabelecida no cronograma físico-financeiro, estes poderão ser faturados desde que todos os serviços das parcelas mensais anteriores estejam concluídos.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita pelo CONTRATANTE através da profissional a Sr.(a) Lilian Giseli Alberton, engenheira civil. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Parágrafo Primeiro

A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir;

Parágrafo Segundo

A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro

A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária, Boletim Diário de Ocorrências - BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

Parágrafo Quarto

A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

Parágrafo Quinto

Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto

Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquela resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

Parágrafo Sétimo

A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar o cronograma dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.

Parágrafo Oitavo

Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva, após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRAS PROVISÓRIAS

A CONTRATADA deve submeter à fiscalização os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



Parágrafo Primeiro

A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

Parágrafo Segundo

A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

Parágrafo Terceiro

A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias, onde requeridas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativos que se fizer(em) na obra, em até 25 % (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do Contrato.

Parágrafo Primeiro

A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

Parágrafo Segundo

Se no Contrato não houver sido contemplados preços unitários para a obra, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

Parágrafo Primeiro

Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

Parágrafo Primeiro

O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares - NRs 01 a 28 e em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

Parágrafo Terceiro

Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NRs aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77.

Parágrafo Quarto

O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso de não-cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

Parágrafo Quinto

Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente(s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

Parágrafo Único

A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste Contrato, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos, especificações técnicas e/ou memoriais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo até 15 (quinze) dias após a comunicação da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro

O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro

Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

Parágrafo Segundo

Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber:

- multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão da obra;
- multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual por dia de atraso na colocação de placas, conforme modelos fornecidos pelo CONTRATANTE, contado a partir do 10º dia da data da assinatura do contrato;
- multa de 1% (um por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais;
- multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- multa de 20% (vinte por cento) do valor contratual quando ocorrer rescisão do Contrato conforme o estabelecido na Cláusula Décima Nona, Parágrafo Primeiro;
- suspensão do direito de participar em licitações/contratos advindos de recursos do CONTRATANTE, ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a rescisão contratual ou declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA;

Parágrafo Primeiro

A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas ou será descontada do valor da garantia de execução e adicional se houver.

Parágrafo Segundo



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



As penalidades previstas no *caput* poderão cumular-se, e o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação ao contratado dos atos a serem realizados.

Parágrafo Primeiro

Compete ao Prefeito Municipal o senhor Jair Stange, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.

Parágrafo Segundo

É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- c) quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (trinta) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pela CONTRATANTE;
- d) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização, e
- e) demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro

Decorrido atraso na execução do objeto, por período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE tomar as medidas cabíveis para a Rescisão Contratual e a aplicação da multa em conformidade com o estabelecido na Cláusula Décima Sétima, letra e).

Parágrafo Segundo

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, a perda da garantia de execução sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA se obriga a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: o instrumento convocatório, projetos, especificações técnicas, memoriais, bem como a proposta, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, anexos e pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, nos prazos ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato é de 540 (Quinhentos e quarenta) dias, contados da data da assinatura do Contrato de Empreitada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

Parágrafo Único

Qualquer objeto de valor histórico, valor significativo que venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, deverá a Contratada notificar a fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

(inserir local), de de 2018.

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
CONTRATANTE
JAIR STANGE
Prefeito Municipal

CONTRATADO
Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
RG nº: _____
Ass: _____

Nome: _____
RG nº: _____
Ass: _____



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



COMUNICAÇÃO INTERNA

DE: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PARA: Assessoria Jurídica

REFERENTE À: Tomada de Preços nº 11/2018, Processo Licitatório nº 100/2018.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional.

Encaminhamos em anexo, a minuta do instrumento convocatório da licitação e a minuta do contrato para análise e emissão de parecer para continuidade do processo.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 26 de outubro de 2018.

Atenciosamente,

Dirceu Bonin

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO

Licitação. Modalidade Tomada de Preços nº. 11/2018 para a Consulta do Executivo Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, para a contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da Linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital. Análise da Legislação aplicável. Conclusões.

1 - Do relatório

A Comissão de Licitação determinou o encaminhamento do procedimento licitatório na Modalidade Tomada de Preços nº. 11/2018, tendo por objeto a contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, para fins de parecer.

O mesmo foi distribuído a esta assessoria jurídica para fins de atendimento do despacho supra, para análise e aprovação das minutas de Edital de Licitação e Contrato, na forma prevista no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Tem origem na Consulta formulada pelo Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, nos seguintes termos:

Emissão de parecer sobre o Edital de Licitação, tendo por objeto a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, em cumprimento ao art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

É o relatório.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



II – De Meritis

Nos termos da Consulta, o fulcro da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor preço – Preço global por lote, para a contratação do objeto ora mencionado.

A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais. De início, traz-se que o § 2º do art. 22, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona:

Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Por sua vez, o art. 23, inciso I, alínea “b”, assim preleciona:

Art. 23 (...)

I - para obras e serviços de engenharia: (Redação dada pela Lei nº. 9.648, de 1998)

b) tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (Três milhões e trezentos mil reais); (Redação dada pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018).

Portanto, a modalidade eleita está correta para a contratação do objeto ora mencionado, considerando o valor estimado da licitação de R\$ 979.791,09 (Novecentos e setenta e nove mil setecentos e noventa e um reais e nove centavos) e a natureza do objeto (obras e serviços de engenharia).

A Lei 8.666/93 estabelece condições de habilitação nas licitações a serem realizadas. Nesse aspecto, o edital contempla sequencialmente a partir do item 10.2.1: a habilitação jurídica, a regularidade perante as Fazendas, a qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, cumprindo assim com o exigido no art. 27 da referida lei. O edital também relaciona as condições de participação no certame conforme o inciso VI, art. 40, do mesmo diploma.

Constam ainda no processo licitatório os projetos básico e executivo, além de orçamentos em planilha e a previsão dos recursos orçamentários para a obra, obedecendo assim ao comando do art. 7º da Lei de Licitações.

Ressalta-se, por fim, que, tendo em vista a licitação ter sido classificada como de “Menor preço”, deverá ser observado o prazo mínimo de 15 dias entre a publicação do instrumento convocatório e a data da entrega das propostas pelos interessados.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



Em relação ao contrato, verifica-se que está em estrita legalidade com o disposto na Lei 8.666/93, estando ali as disposições dos artigos 40 e 55, uma vez que estão presentes as cláusulas essenciais e não há condições que tipifiquem preferências ou discriminações.

Sobre a obrigatoriedade desta consulta, o art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona:

Art. 38 (...) § único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994).

III – Conclusões

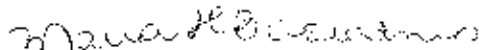
Desse modo, obedecidas as demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, entende-se que a Administração Pública Consulente poderá adotar a modalidade de Licitação Tomada de Preços, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos da Lei Federal supracitada, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico, e em condições de ser aprovado por Vossa Excelência, se assim entender.

Importante ressaltar que esta assessoria jurídica se atém apenas a questões relativas à legalidade do processo, ressaltando que todo o procedimento deve observar a legislação supracitada, principalmente no que tange à prazos e atos essenciais, não nos competindo considerações acerca do mérito desta contratação e da discricionariedade da Administração Pública quanto aos parâmetros da contratação e a forma de execução.

Sugiro a Vossa Excelência a remessa desse parecer a Comissão de Licitação para continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento.

É o meu parecer.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 26 de outubro de 2018.


MARIA HELENA BLASIUS CWIERTNIA
ASSESSORA JURIDICA
OAB/PR: 82.464



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018

O Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, através da Comissão de Licitação, torna público a realização de Licitação, no dia 19/11/2018, às 09h00min horas, nas suas dependências, situada na Avenida Iguaçu, nº 750, Centro, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, objetivando a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, sendo a presente Licitação do tipo Menor Preço – Global Por Lote.

Os interessados em participar da presente licitação, poderão retirar o Edital na sede da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Iguaçu, 750, centro, Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min horas e das 13h30min às 17h30min, ou no endereço eletrônico www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, maiores informações pelo Fone: (46) 3546-1144.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 26 de Outubro de 2018.


JAIR STANGE
Prefeito Municipal


DIRCEU BONIN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/2018

O Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, através da Comissão de Licitação, torna público a realização de Licitação, no dia 19/11/2018, às 09h00min horas, nas suas dependências, situada na Avenida Iguaçu, nº 750, Centro, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, objetivando a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação polidétrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste-PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, sendo a presente Licitação do tipo Menor Preço – Global Por Lote.

Os interessados em participar da presente licitação, poderão retirar o Edital na sede da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Iguaçu, 750, centro, Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min horas e das 13h30min às 17h30min, ou no endereço eletrônico www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, maiores informações pelo Fone: (46) 3546-1144.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 28 de Outubro de 2018.

JAIR STANGE	DIRCEU BONIN
Prefeito Municipal	Presidente da Comissão Permanente de Licitação

C 130017

Nova Esperança do Sudoeste

AVISO DE EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2018
PROCESSO Nº 98/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante autorização dada pela Lei Municipal nº 966/2018 de 11 de Setembro de 2018, está realizando LEILÃO PÚBLICO do tipo MAIOR LANCE, objetivando a alienação dos seguintes bens:

- 1 - 01 (um) veículo VW KOMBI, ano 2012, modelo 2013, cor branca, álcool/gasolina, Placa: AWA-2298, Renavan nº. 9048.940882-6, avaliada em R\$ 15.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais), pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 085/2018.
 - 2 - 01 (um) veículo FIAT DUCATO MARTICAR 16, ano/modelo 2014, cor branca, diesel, Placa: AYW-0714, Renavan nº. 0104.961537-8, avaliada em R\$ 58.300,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais), pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 085/2018.
 - 3 - 01 (um) veículo FIAT PALIO FIRE ECONOMY, ano/modelo 2013, cor vermelha, álcool/gasolina, Placa: AWR-9331, Renavan nº. 0052.348619-5, avaliado em R\$ 15.400,00 (quinze mil e cem reais), pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 085/2018.
 - 4 - 01 (um) veículo RENAULT DUSTER 16 E-XX2, ano 2015, modelo 2016, cor branca, álcool/gasolina, Placa: BAY-0589, Renavan nº. 0107.307411-8, avaliada em R\$ 40.200,00 (quarenta mil e duzentos reais), pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 085/2018.
 - 5 - 01 (um) caminhão VW T3.130, ano/modelo 1985, cor branca, diesel, Placa: ADG-8803, Renavan nº. 0051.232429-8. Obs: O caminhão encontra-se sem eixo de câmbio, avaliada em R\$ 3.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 085/2018.
 - 6 - 01 (um) ônibus M.BENZ/OF 1113, ano/modelo 1987, cor branca, diesel, Placa: ADI-0149, Renavan nº. 52.202.225-1, avaliado em R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 085/2018.
 - 7 - 01 (um) caminhão VW T3.130, ano/modelo 1985, cor branca, diesel, Placa: AFE-7095, Renavan nº. 0051.403030-6, avaliado em R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 085/2018.
 - 8 - 01 (uma) Motoniveladora, Motor 341919012070426, cor amarela, ano 1982, avaliada em R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Portaria nº. 085/2018.
- Realizado no dia 14 de Novembro de 2018, às 10h00min, na Prefeitura Municipal, sito a Avenida Iguaçu, 750, Centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná.
- EDITAL: Estará a disposição para consulta dos interessados a partir do dia 29/10/2018 na Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, situada na Avenida Iguaçu, nº. 750, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, exceto sábados, domingos e feriados, ou pela internet nos sites www.novasesperancadosudoeste.pr.gov.br e www.superbid.net
- Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 25 de Outubro de 2018.

Jair Stange
Prefeito Municipal

Dirceu Bonin
PCPL

112389/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018

O Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, através da Comissão de Licitação, torna público a realização de Licitação, no dia 19/11/2018, às 09h00min horas, nas suas dependências, situada na Avenida Iguaçu, nº 750, Centro, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, objetivando a contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação polidráulica em estrada vicinal da Falsa São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, sendo a presente Licitação do tipo Menor Preço - Global Por Lote. Os interessados em participar da presente licitação, poderão retirar o Edital na sede da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Iguaçu, 750, centro, Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min horas e das 13h30min às 17h30min, ou no endereço eletrônico www.novasesperancadosudoeste.pr.gov.br, maiores informações pelo Fone: (46) 3546-1144. Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 26 de Outubro de 2018.

JAIR STANGE
Prefeito Municipal

DIRCEU BONIN
PCPL

112401/2018

Ortigueira

MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA
SEDUPARANACIDADE - PAM
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2018.

O MUNICÍPIO de Ortigueira/PR, torna público que às 09h30min horas do dia 12/11/2018, na Rua: São Paulo nº 32 Centro CEP: 84.350-000, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, de tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R\$	PRazo (DIAS)
1	VEÍCULO tipo MICRO-ÔNIBUS	01	252.000,00	60

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Américo Seigo, Paraná, Brasil - Telefone: (042) 3277-1388 - E-mail: licitacao@ortigueira.pr.gov.br. A Para Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos, editais e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço Rua: São Paulo nº 32 Centro CEP: 84.350-000 ou pelo site www.ortigueira.pr.gov.br e www.bli.org.br, das 08h:00 às 17h30min horas.

Ortigueira, 25 de Outubro de 2018.

Américo Seigo
Pregoeiro Municipal

112526/2018

Ourizona

EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE 22/2018
CONTRATO 146/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Ourizona

Contratada: FLORENÇA CAMINHÕES S/A

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE PARA 16 (15+1) PASSAGEIROS ATRAVÉS DE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2018 REALIZADO PELO PARANACIDADE (CONVÊNIO 1258/2018 - PAM 2.018 - SEDU)

Valor: R\$ 150.499,00 (Cento e cinquenta mil, quatrocentos e noventa e nove reais).

Fundamento legal: Lei 8.666/93

Vigência: 12 (doze) meses

Data da Assinatura: 26/10/2018

Firma: Comissão de Manutuição - PM

Ourizona, PR 26/10/2018

MANOEL RODRIGO AMADO
PREFEITO MUNICIPAL

112532/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO
LICITATÓRIO - INEXIGIBILIDADE 22/2018

O Prefeito Municipal, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face dos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo emanado pela Comissão de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nos termos:

Processo: 160/2018 Licitação n.º: 22/2018

Modalidade: Inexigibilidade

Data de Homologação e adjudicação: 26.09.2018

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE PARA 16 (15+1) PASSAGEIROS ATRAVÉS DE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2018 REALIZADO PELO PARANACIDADE (CONVÊNIO 1258/2018 - PAM 2.018 - SEDU)

Fornecedor: FLORENÇA CAMINHÕES S/A

Total do Item: R\$ 150.499,00 (Cento e cinquenta mil, quatrocentos e noventa e nove reais).

Ourizona, PR 26/09/2018

MANOEL RODRIGO AMADO
PREFEITO MUNICIPAL

112533/2018



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 100/2018

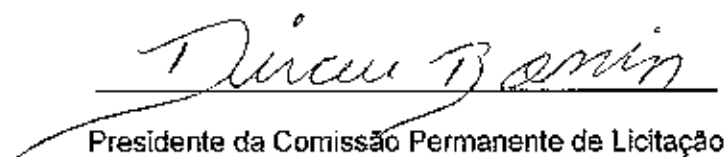
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL	PAVIMAR - CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP		
CNPJ	79.569.398/0001-31	Insc. Estadual	32100556-05
Endereço	Rodovia PR 483, KM 9	Nº s/n	Cidade: Francisco Beltrão/PR

Certificamos na data de 12 de Novembro de 2018, que a Empresa proponente citada acima está devidamente cadastrada em nosso sistema para participar da presente, Tomada de Preços nº 11/2018, do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, referente à Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, sendo a presente Licitação do tipo Menor Preço – Global Por Lote, conforme edital de Tomada de Preços nº 11/2018, processo nº 100/2018.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 12 de Novembro de 2018.


Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DIRCEU BONIN

DIRCEU BONIN
Pres. Comissão
Perm. Licitação



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 100/2018

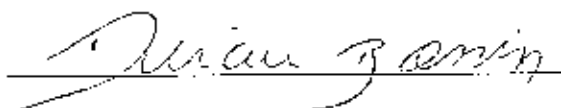
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL	SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI				
CNPJ	08.715.392/0001-87	Insc. Estadual	ISENTO		
Endereço	RUA CAPITÃO JOÃO RIBAS DE OLIVEIRA	Nº	81	Bairro	BAIRRO GUABIROTUBA
Telefone	Cidade: CURITIBA - PR				

Certificamos na data de 12 de novembro de 2018, que a Empresa proponente citada acima está devidamente cadastrada em nosso sistema para participar da presente Tomada de Preços nº 11/2018, do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, referente à Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, conforme Edital de licitação em epigrafe.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 12 de novembro de 2018.


Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DIRCEU BONIN

DIRCEU BONIN
Pres. Comissão
Perm. Licitação



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 100/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL	VIA VENETTO CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI			
CNPJ	02.911.627/0001-20	Insc. Estadual	90499943-19	
Endereço	Rua Antônio Martins de Araújo	Nº	140	Bairro Jardim Botânico
Telefone	Cidade: CURITIBA/PR			

Certificamos na data de 13 de novembro de 2018, que a Empresa proponente citada acima está devidamente cadastrada em nosso sistema para participar da presente Tomada de Preços nº 11/2018, do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, referente à **Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, conforme Edital de licitação em epígrafe.**

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 13 de novembro de 2018.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DIRCEU BONIN

DIRCEU BONIN
Pres. Comissão
Perm. Licitação



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná




ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital Tomada de preços Nº 11/2018
Processo Nº 100/2018

Declaramos que o Engenheiro HUMBERTO MANFROI MARIA, CREA nº 143184/D representante da proponente S.M. RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ: 08.715.392/0001-87, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Concorrência em epígrafe.

Nova Esperança do Sudoeste, 12 de Novembro de 2018.


LILIAN GISELI ALBERTON
Engenheira Civil
CREA/SC 812135/D Visto 89896/PR


HUMBERTO MANFROI MARIA
CREA/PR 143184/D



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital de Tomada de Preços Nº 11/2018
Processo Nº 100/2018

Declaramos que o Engenheiro EVANDRO MICHEL PICOLOTTO, CREA nº 162694/D representante da proponente PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP, CNPJ: 79.569.398/0001-31, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Tomada de Preços em epígrafe.

Nova Esperança do Sudoeste, 12 de Novembro de 2018.

LILIAN GISELI ALBERTON

Engenheira Civil

CREA/SC 812135/D Visto 89896/PR

EVANDRO MICHEL PICOLOTTO

CREA/PR 162694/D PR



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital Tomada de preços Nº 11/2018
Processo Nº 100/2018

Declaramos que o Engenheiro HENRIQUE MANFROI MARIA, CREA nº 138529/D representante da proponente VIA VENETTO CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI CNPJ: 02.911.627/0001-20, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Concorrência em epígrafe.

Nova Esperança do Sudoeste, 13 de Novembro de 2018.

LILIAN GISELI ALBERTON
Engenheira Civil
CREA/SC 812135/D Visto 89896/PR

HENRIQUE MANFROI MARIA
CREA/PR 138529/D

PROCURAÇÃO EXTRA JUDITIA

OUTORGANTE(S):

SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida com sede na Rua João Ribas de Oliveira, 81 – Sala B, na Vila Guabirota, na cidade de Curitiba, PR, inscrita no CNPJ sob o nº 08.715.392/0001-87, neste ato representada pela Sócia Diretora **STELLA MARIS RESENDE**, brasileira, empresária, portador do RG nº 6.861.375-2-SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 338.575.201-91;

OUTORGADOS:

APARECIDO GOLÇALVES DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Valdevino Brustolin, 816 em Salto do Lontra, PR, portador do RG nº 4.433.141-1SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº 569.058.909-87

PODERES:

A outorgante nomeia e constitui os outorgados seus procuradores, conferindo-lhe os poderes das cláusulas "AD NEGOTIA" e "EXTRA JUDITIA", para o fim especial de representar a outorgante junto a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE**, no procedimento licitatório do Edital de Tomada de Preços nº 011/2018, representando a outorgante nas sessões públicas para abertura da documentação e propostas de preços, podendo assinar atas, rubricar e assinar documentações, impugnar documentos e propostas, requerer esclarecimentos e informações quanto à análise, avaliação e comparação das propostas, enfim, praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte.

Curitiba, 13 de novembro de 2018.



SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
STELLA MARIS RESENDE
DIRETORA



SM RESENDE
CONSTRUTORA DE OBRAS

A

Comissão de Licitação

Nota Explicativa

Prezados Senhores

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, inscrita no CNPJ-MF 08.715.392/0001-87, sempre esteve com sua regularidade Fiscal em ordem, excepcionalmente este mês de outubro devido ao atraso de pagamento de seus credores atrasou o pagamento de seus tributos federais no dia 25 e 31 de outubro de 2018, hoje quitados em 13 de novembro de 2018.

Outrossim informamos que sua certidão de tributos federais vence em 18 de novembro de 2018, sendo que a Secretaria da Receita Federal demora cinco dias úteis para baixa em seu conta corrente, foi impossível renovar a certidão pela internet, conforme Portaria Conjunta RBF/PGFN 1.751/2014, a certidão é liberada de imediato através do site quando isto não acontecer o contribuinte deverá comparecer na unidade de atendimento da sua jurisdição, sendo que o serviço o serviço deverá ser agendado pela Internet, a empresa fez isso mais o seu atendimento será em 21 de novembro de 2018, conforme comprovamos com senha anexa a esta, anexamos também cópia dos tributos já quitados.

Certos de vossa atenção e colaboração

Atenciosamente,


ILIANE FELTRIN
CPF 603.870.239-00
RG 4.163.970-9 / PR
CRC-PR 029358/O-0



Receita Federal

**CERTIDÃO**

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 08.715.392/0001-87 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAQ](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)

SENHA DE ATENDIMENTO ACJI

Dados cadastrais: Rua: Avenida 15 de Novembro 1073
Cidade: ACQUARÉ - Bahia - CEP: 44.000-000
CNPJ: 06.956.110/0001-00
CNPJ do estabelecimento: 06.956.110/0001-00
CNPJ do estabelecimento: 06.956.110/0001-00
CNPJ do estabelecimento: 06.956.110/0001-00

Atendimento:

- Atendimento: Atendimento de Atendimento Especial (RECEBEM)

Atendimento: Atendimento de Atendimento Especial (RECEBEM)

Senha enviada às 15:53 de 16/11/2018

17/11/2018

Menu

Emitir Certidão de Regularidade Fiscal - Pessoa Jurídica

por Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento —
publicado 05/12/2016 16h32, última modificação
20/07/2018 08h58

Nome Emitir Certidão de Regularidade Fiscal - Pessoa Jurídica

Nome Popular Certidão Negativa

Descrição Solicitar emissão de certidão de regularidade fiscal quanto aos débitos inscritos ou não em Dívida Ativa da União, inclusive em relação às contribuições previdenciárias.

Público alvo Pessoa Jurídica

**Acesso
Direto**

**Formas de
atendimento**

(<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1>)

Atendimento Presencial (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/contato/unidades-de-atendimento>)

Caso a certidão não seja liberada pela Internet, será necessário apresentar, na jurisdição do contribuinte:

- Documentação**
- a) Requerimento de Certidão de Débitos;
 - b) Documento de Identificação oficial (original ou cópia autenticada) do contribuinte e do seu representante legal, se for o caso, sendo dispensado quando houver reconhecimento de firma;
 - c) Em caso de espólio, apresentar original ou cópia autenticada da certidão de óbito e do documento que comprove a legitimidade do solicitante;
 - d) Procuração (original ou cópia autenticada), se for o caso;
 - e) Comprovação da regularização das pendências;
 - f) Demonstrativo do Montante Parcelado caso seja optante por parcelamento não consolidado (reabertura do REFIS, PRT, Pert, PRR, etc.)

Formulários

[Requerimento de Certidão de Débitos \(http://idg.receita.fazenda.gov.br/formularios/cadastro-e-certidao-negativa/certidao-negativa-pessoa-fisica-e-pessoa-juridica/requerimento-de-certidao-de-debitos.pdf\)](http://idg.receita.fazenda.gov.br/formularios/cadastro-e-certidao-negativa/certidao-negativa-pessoa-fisica-e-pessoa-juridica/requerimento-de-certidao-de-debitos.pdf)

Legislação

[Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014 \(http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=56753\)](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=56753)

**Tempo
Estimado**

Imediato (no site) ou até 10 dias, na unidade de atendimento.

**Mais
informações**

[Orientações gerais sobre o serviço \(http://idg.receita.fazenda.gov.br/.../orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais\)](http://idg.receita.fazenda.gov.br/.../orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais)

Essas informações foram úteis?

(<http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/avaliar>)
(<http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/lista-de-servicos/certidoes-e-situacao-fiscal/certidao-de-regularidade/pessoa-juridica/avaliar>)

Dúvidas?

Fale Conosco

(<http://idg.receita.fazenda.gov.br/contato/fale-conosco>)

Reclamação, elogio, sugestão ou denúncia?



(<http://idg.receita.fazenda.gov.br/contato/ouvidoria>)

registrado em: publico-alvo-pessoa-juridica
([http://idg.receita.fazenda.gov.br/@@search?](http://idg.receita.fazenda.gov.br/@@search?Subject%3Alist=publico-alvo-pessoa-juridica)
Subject%3Alist=publico-alvo-pessoa-juridica), forma-direto
([http://idg.receita.fazenda.gov.br/@@search?](http://idg.receita.fazenda.gov.br/@@search?Subject%3Alist=forma-direto)
Subject%3Alist=forma-direto), forma-presencial
([http://idg.receita.fazenda.gov.br/@@search?](http://idg.receita.fazenda.gov.br/@@search?Subject%3Alist=forma-presencial)
Subject%3Alist=forma-presencial)



DARF- 3o nivel

SISBO - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
13/11/2018 - AUTOMATIZADO - 14.13.79
3041403041 0041

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE: S. M. RESENDE CONSTRUTORA

AGENCIA: 3041-4 CONTRA: 55.318-2

AGENTE ARRECADADOR

CNC 001 - 3041 - AGENCIA EMPRESA VISCONDE PR

CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO	13/11/2018
PERIODO DE APURACAO	10/09/2018
NUMERO DO CNPJ	08.715.392/0001-K7
CODIGO DA RECEITA	2172
NUMERO DE REFERENCIA	
DATA DO VENCIMENTO	25/10/2018
RECEITA BRUTA ACUMULADA	
PERCENTUAL	
VALOR DO PRINCIPAL	10.154,27
VALOR DA MULTA	501,64
VALOR DOS JUROS	102,54
VALOR TOTAL	10.757,45

AUTENTICACAO SISBO: 3.4FA.BC9.CAC.CB7.AC9

Modelo aprovado pela SRI - ADI
Conjunto Corat/Cotec n. 001, de 2006

DOCUMENTO: 111301

CENTRAL DE ATENDIMENTO 08

0800 0801 CAPITAIS E REGIOES METROPOLITANAS

0800 729 0801 DEMAIS LOCALIDADES

CONSULTAS, INFORMACOES E SERVICOS TRANSACIONAIS.

SAC

0800 729 0722

INFORMACOES, RECLAMACOES E CANCELAMENTO DE
PRODUTOS E SERVICOS.

OUVIDORIA

0800 729 5678

RECLAMACOES NAO SOLUCIONADAS NOS CANAIS

HABITUAIS: AGENCIA, SAC E DEMAIS CANAIS DE
ATENDIMENTO.

ATENDIMENTO A DEFICIENTES AUDITIVOS OU DE FALA

0800 729 0808

INFORMACOES, RECLAMACOES, CANCELAMENTO DE

CARTAO, OUTROS PRODUTOS E SERVICOS DE OUVIDORIA.

Transação efetuada com sucesso por: J4929008 S F E L A MARRS RESENDE



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME DA EMPRESA / TELEFONE

S M R R SENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (041) 32678435

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, a fim de que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

Valores expressos em reais

Vencimento: **25/10/2018**

02 PERÍODO DE APURAÇÃO

30/09/2018

03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ

08.715.392/0001-87

04 CÓDIGO DA RECEITA

2172

05 NÚMERO DE REFERÊNCIA

06 DATA DE VENCIMENTO

25/10/2018

07 VALOR DO PRINCIPAL

10.154,27

08 VALOR DA MULTA

501,64

09 VALOR DOS JUROS E / OU
ENCARGOS DL - 1025/69

101,54

10 VALOR TOTAL

10.757,45

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª E 2ª VIAS)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME DA EMPRESA / TELEFONE

S M R R SENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (041) 32678435

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, a fim de que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

Valores expressos em reais

Vencimento: **25/10/2018**

02 PERÍODO DE APURAÇÃO

30/09/2018

03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ

08.715.392/0001-87

04 CÓDIGO DA RECEITA

2172

05 NÚMERO DE REFERÊNCIA

06 DATA DE VENCIMENTO

25/10/2018

07 VALOR DO PRINCIPAL

10.154,27

08 VALOR DA MULTA

501,64

09 VALOR DOS JUROS E / OU
ENCARGOS DL - 1025/69

101,54

10 VALOR TOTAL

10.757,45

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª E 2ª VIAS)

MS
MS



DARF- 3o nível

SISBU - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
13/11/2018 - AUTOATENDIMENTO - 14.25.35
3041403041 0054

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE: S. M. RESENDE CONSTRUTORA

AGENCIA: 3041-4 CONTA: 55.318-2

=====

AGENTE ARRECADADOR

CNC 001 - 3041 - AGENCIA EMPRESA VISCONDE PR

CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO 13/11/2018

PERIODO DE APURACAO 30/09/2018

NUMERO DO CPNJ 08.715.392/0001-87

CODIGO DA REC-ITA 2372

NUMERO DE REFERENCIA

DATA DO VENCIMENTO 31/10/2018

REC-ITA BRUTA ACUMULADA

PERCENTUAL

VALOR DO PRINCIPAL 5.045,92

VALOR DA MULTA 303,90

VALOR DOS JUROS 90,45

VALOR TOTAL 5.440,27

AUTENTICACAO SISBU: E.7A0.0B5.357.0D3.27A

Modelo Aprovada pela SRT - ADE

Conjuntio Corat/Coluc n. 001, DE 2006

DOCUMENTO: 111308

CENTRAL DE ATENDIMENTO DO

4004 0001 CAPITAIS E REGIOES METROPOLITANAS

0000 729 0001 DEMAIS LOCALIDADES

CONSULTAS, INFORMACOES E SERVICOS TRANSACIONAIS.

SAC

0000 729 0022

INFORMACOES, RECLAMACOES E CANCELAMENTO DE

PRODUTOS E SERVICOS.

OUVIDORIA

0000 729 5678

RECLAMACOES NAO SOLUCIONADAS NOS CANAIS

HABITUAIS: AGENCIA, SAC E DEMAIS CANAIS DE

ATENDIMENTO.

ATENDIMENTO A DEFICIENTES AUDITIVOS OU DE FALA

0000 729 0088

INFORMACOES, RECLAMACOES, CANCELAMENTO DE

CARTAO, OUTROS PRODUTOS E SERVICOS DE OUVIDORIA.

Transação realizada com sucesso por J4079506 STELI A MARIA RESENDE



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DARF

01 NOME DA EMPRESA / TELEFONE

S M R LSENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (041) 32628435

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

Valores expressos em reais

Vencimento: **31/10/2018**

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	30/09/2018
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	08.715.392/0001-87
04 CÓDIGO DA RECEITA	2372
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06 DATA DE VENCIMENTO	31/10/2018
07 VALOR DO PRINCIPAL	9.045,92
08 VALOR DA MULTA	303,90
09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	90,46
10 VALOR TOTAL	9.440,28
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª E 2ª VIAS)	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DARF

01 NOME DA EMPRESA / TELEFONE

S M R LSENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (041) 32628435

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

Valores expressos em reais

Vencimento: **31/10/2018**

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	30/09/2018
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	08.715.392/0001-87
04 CÓDIGO DA RECEITA	2372
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06 DATA DE VENCIMENTO	31/10/2018
07 VALOR DO PRINCIPAL	9.045,92
08 VALOR DA MULTA	303,90
09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	90,46
10 VALOR TOTAL	9.440,28
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª E 2ª VIAS)	



DARF- 3o nivel

SISDB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
13/11/2018 - AUTOATENDIMENTO - 14.23.36
3041483041 0053

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE: S. M. RESENDE CONSTRUTORA

AGENCIA: 3041-4 CONTA: 55.318-2

AGENTE ARRECAADOR

CNC 001 - 3041 - AGENCIA EMPRESA VISCONDE PR
CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO 13/11/2018

PERIODO DE AMORCAÇÃO 30/09/2018

NUMERO DO CPN 08.715.397/0001-87

CODIGO DA RECEITA 2089

NUMERO DE REFERENCIA

DATA DO VENCIMENTO 11/10/2018

RECEITA BRUTA ACUMULADA

PERCENTUAL

VALOR DO PRINCIPAL 301,01

VALOR DA MULTA 9,90

VALOR DOS JUROS 2,93

VALOR TOTAL 313,84

AUTENTICACAO SISDB: 4.855.361.7F9.91C.70B

Modelo Aprovado pela SRI - ADE

Instituto Geral/Cotec n. 001, DE 2006

DOCUMENTO: 111303

CENTRAL DE ATENDIMENTO DO

4004 0001 CAPITAIS E REGIOES METROPOLITANAS

0800 729 0001 DEMAIS LOCALIDADES

CONSULTAS, INFORMACOES E SERVICOS TRANSACIONAIS.

SAC

0800 729 0722

INFORMACOES, RECLAMACOES E CANCELAMENTO DE
PRODUTOS E SERVICOS.

OUVIDORIA

0800 729 5076

RECLAMACOES NAO SOLUCIONADAS NOS CANAIS

HABITUAIS: AGENCIA, SAC E DEMAIS CANAIS DE
ATENDIMENTO.

ATENDIMENTO A DEFICIENTES AUDITIVOS OU DE FALA

0800 729 0088

INFORMACOES, RECLAMACOES, CANCELAMENTO DE

CARTAO, OUTROS PRODUTOS E SERVICOS DE OUVIDORIA.

Transação efetuada com sucesso por 14929508 3 FELTA MARIA RESISTENTE



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME DA EMPRESA / TELEFONE:

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (041) 32628435

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

Valores expressos em reais

Vencimento: **31/10/2018**

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	30/09/2018
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	08.715.392/0001-87
04 CÓDIGO DA RECEITA	2089
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06 DATA DE VENCIMENTO	31/10/2018
07 VALOR DO PRINCIPAL	301,01
08 VALOR DA MULTA	9,90
09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1025/69	2,93
10 VALOR TOTAL	313,84
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª E 2ª VIAS)	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME DA EMPRESA / TELEFONE:

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (041) 32628435

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

Valores expressos em reais

Vencimento: **31/10/2018**

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	30/09/2018
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	08.715.392/0001-87
04 CÓDIGO DA RECEITA	2089
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06 DATA DE VENCIMENTO	31/10/2018
07 VALOR DO PRINCIPAL	301,01
08 VALOR DA MULTA	9,90
09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1025/69	2,93
10 VALOR TOTAL	313,84
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª E 2ª VIAS)	



DARF- 3o nível

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
13/11/2018 - AUTODATAMENTO - 14.20.22
3041403041 0057

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE: S. M. RESENDE CONSTRUTORA
AGENCIA: 3041-4 CONTA: 55.316-2
AGENTE ARRECADADOR
CNC 001 - 3041 - AGENCIA EMPRESA VISCONDE PR
CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO	13/11/2018
PERIODO DE AMPLACAO	30/09/2018
NUMERO DO CNPJ	08.715.392/0001-87
CODIGO DA RECEITA	8109
NUMERO DE REFERENCIA	
DATA DO VENCIMENTO	25/10/2018
RECEITA BRUTA ACUMULADA	
PERCENTUAL	
VALOR DO PRINCIPAL	2.200,00
VALOR DA MULTA	108,68
VALOR DOS JUROS	27,00
VALOR TOTAL	2.335,68

AUTENTICACAO SISBB: 3.C79.078.B14.D05.L38
Notícia Aprovada pela SAF - ADE
Conjunta Conv/Colm n. 001, DE 2006

DOCUMENTO: 111307

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO
0800 0001 CAPITAIS E REGIOES METROPOLITANAS
0800 729 0001 DEMAIS LOCALIDADES
CONSULTAS, INFORMACOES E SERVICOS TRANSACIONAIS.

SAC
0800 729 0722
INFORMACOES, RECLAMACOES E CANCELAMENTO DE
PRODUTOS E SERVICOS.

OUVIDORIA
0800 729 5678
RECLAMACOES NAO SOLUCIONADAS NOS CANAIS
HABITUAIS: AGENCIA, SAC E DEMAIS CANAIS DE
ATENDIMENTO.

ATENDIMENTO A DEFICIENTES AUDITIVOS OU DE TALA
0800 729 0888
INFORMACOES, RECLAMACOES, CANCELAMENTO DE
CARTAO, OUTROS PRODUTOS E SERVICOS DE OUVIDORIA.

Transação realizada com sucesso por: 4029500 STELLA MARI RESENDE.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME DA EMPRESA / TELEFONE

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (041) 32628435

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

Valores expressos em reais

Vencimento: **25/10/2018**

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	30/09/2018
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	08.715.392/0001-87
04 CÓDIGO DA RECEITA	8109
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06 DATA DE VENCIMENTO	25/10/2018
07 VALOR DO PRINCIPAL	2.200,09
08 VALOR DA MULTA	108,68
09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1025/69	22,00
10 VALOR TOTAL	2.330,77
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª E 2ª VIAS)	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 NOME DA EMPRESA / TELEFONE

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (041) 32628435

ATENÇÃO

É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

Valores expressos em reais

Vencimento: **25/10/2018**

02 PERÍODO DE APURAÇÃO	30/09/2018
03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	08.715.392/0001-87
04 CÓDIGO DA RECEITA	8109
05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06 DATA DE VENCIMENTO	25/10/2018
07 VALOR DO PRINCIPAL	2.200,09
08 VALOR DA MULTA	108,68
09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1025/69	22,00
10 VALOR TOTAL	2.330,77
AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª E 2ª VIAS)	

[Assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2018

ENVELOPE 01

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ABERTURA DIA 19/11/2018 ÀS 09:00 HS.

SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
CNPJ: 08.715.892/0001-87

INDICE

1	HABILITAÇÃO JURÍDICA	3
1.1	CNPJ	4
1.2	Contrato Social	5 - 10
1.3	Certificado de Cadastro	11
1.4	Declaração Anexo nº 09	12
1.5	Declaração Anexo nº 10	13
1.6	Declaração Anexo nº 06	14
1.7	Declaração Anexo nº 13	15
2	REGULARIDADE FISCAL	16
2.1	Certidão Conjunta de Tributos Federais e à dívida ativa da União	17
2.2	Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado	18
2.3	Certidão de Regularidade com a Fazenda do Município	19
2.4	Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS	20
2.5	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	21
3	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	22
3.1	Certificado de Registro da Empresa no CREA	23 - 24
3.2	Certificado de Registro do Profissional no CREA	25
3.3	Declaração Anexo nº 02	26
3.4	Atestado de Visita Técnica	27
4	ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA	28
4.1	Certidão de Capacidade Técnica Empresa	29 - 32
5	ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DO ENGENHEIRO	33
5.1	Certidão de Capacidade Técnica Engenheiro	34 - 41
5.2	Declaração Anexo nº 04	45
5.3	Vínculo Empregatício Profissional	46 - 47
6	QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA	48
6.1	Capacidade Financeira	49
6.2	Balanço	50 - 60
6.3	Certidão da Junta	61
6.4	Certidão de Falências e Concordatas	62
6.5	Declaração de Idoneidade	63



❖ **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

0.0003

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.715.392/0001-87 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 12/03/2007
NOME EMPRESARIAL S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári			
LOGRADOURO R CAPITAO JOAO RIBAS DE OLIVEIRA,		NÚMERO 81	COMPLEMENTO SALA B
C.F.P. 81.510-350	BARRIO DISTRITO GUABIOTUBA	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
E-MAIL ELETRÔNICO SM.RESENDE@HOTMAIL.COM		TELEFONE (41) 3262-8435 / (41) 3262-8435	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/03/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/11/2018** às **09:56:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP
CNPJ-MF 08.715.392/0001-87
ATO CONSTITUTIVO
PRIMEIRA ALTERAÇÃO

STELLA MARIS RESENDE, brasileira, separada judicialmente, empresaria, residente e domiciliada na AV. Visconde Guarapuava nº 5015 Apto 2001 Bairro Batel – CEP 80.240-010 Curitiba PR, portadora de Carteira de Identidade sob nº 6.861.375-2 SSP/PR, e inscrita no CPF-MF 338.575.201-91, titular da empresa individual de responsabilidade limitada denominada: **S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP**, com sede e foro à Rua Capitão João Ribas de Oliveira nº 081 Sala B – Bairro Guabirota – CEP 81.510-350 – Curitiba PR., inscrita no CNPJ-MF 08.715.392/0001-87, com seu Ato Constitutivo primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, NIRE nº 41.6.00193253, resolve por este instrumento de alteração de modificar o Ato Constitutivo primitivo, ao qual se obrigada a Titular de acordo com as cláusulas e condições abaixo, em conformidade com a Lei Federal nº 10.406/2002, de 10/01/2002, do Código Civil, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Capital Social que era de R\$ 722.000,00 (setecentos e vinte e dois mil reais) divididos em 722.000 (setecentos e vinte e duas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica elevado para R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), divididos em 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, ficando assim distribuído:

- a) **Stella Maris Resende**: possuía na Eireli R\$ 722.000,00 (setecentos e vinte e dois mil reais) divididos em 722.000 (setecentos e vinte e duas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma passa a ter 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 1.600.000,00 (oitocentos e setenta e oito mil reais), sendo um aumento de R\$ 878.000,00 (setecentos e setenta e oito mil reais) integralizados com lucros acumulados em 31/12/2015.

CLAUSULA SEGUNDA: Tendo em vista as alterações havidas, a Titular da empresa resolve consolidar o Ato Constitutivo como segue:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SECE

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/06/2016 10:44 SOB Nº 20163104522.
PROTOCOLO: 163104522 DE 15/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600774316, NIRE: 41600193253.
S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 15/06/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP
CNPJ-MF 08.715.392/0001-87
ATO CONSTITUTIVO
PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP
CNPJ-MF 08.715.392/0001-87

STELLA MARIS RESENDE, brasileira, separada judicialmente, empresaria, residente e domiciliada na Av. Visconde de Guarapuava nº 5015 Apto 2001 Bairro Batel – CEP 80.240-010 Curitiba PR, portadora de Carteira de Identidade sob nº 6.861.375-2 SSP/PR, e inscrita no CPF-MF 338.575.201-91, titular da empresa individual de responsabilidade limitada denominada: **S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP**, sede e foro à Rua Capitão João Ribas de Oliveira, nº 81 Sala B - Guabirota - CEP 81.510-350 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ-MF 08.715.392/0001-87 com Ato Constitutivo, arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná NIRE 41 6 00193253, resolve por este instrumento consolidar Ato Constitutivo, conforme cláusulas a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: A natureza jurídica é empresa Individual de Responsabilidade Limitada, com o nome empresarial de: **S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP**.

CLAUSULA SEGUNDA: O Objeto Social da Eireli é : Construção e Manutenção de Obras Rodoviárias, Ferroviárias, Aeroviárias, e Cíveis, Consultoria, Supervisão, Elaboração de Projetos, Execução de Serviços de Apoio Técnico em Obras de Engenharia Civil, Locação de Mão de Obra em Geral, Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos, Loteamento de Imóveis próprios, Construção, Incorporação e Venda de Empreendimentos Imobiliários Próprios e de Terceiros.

CLAUSULA TERCEIRA: A Eireli tem sua sede e foro à Rua Capitão João Ribas de Oliveira, nº 81 Sala B – CEP 81.510-350 Bairro Guabirota - Curitiba - PR.

CLAUSULA QUARTA: O prazo de duração da Eireli é indeterminado, iniciando suas atividades em 05/03/2007.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/06/2016 10:44 SOB Nº 20163104522,
PROTOCOLO: 163104522 DE 15/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600774316. NIRE: 41600193253.
S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 16/06/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP
CNPJ-MF 08.715.392/0001-87
ATO CONSTITUTIVO
PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CLAUSULA QUINTA: O capital social inteiramente subscrito e integralizado de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), divididos em 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) quotas de R\$ 1,00 (uma real) cada uma, fica assim distribuído;

SOCIOS	Nº QUOTAS	%	R\$
a) Stella Maris Resende	1.600.000	100,00	1.600.000,00
Total	1.600.000	100,00	1.600.000,00

CLAUSULA SEXTA: A administração da Eireli caberá a titular **STELLA MARIS RESENDE**, individualmente, será no entanto vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse social, ou assumir obrigações em favor de terceiros, facultada retirada mensal a título de Pro Labore, cujo valor não ultrapasse o limite fixado pela legislação do Imposto de Renda.

Parágrafo Primeiro: Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da Eireli, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado;

Parágrafo Segundo: Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no art. 1061 da lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA A Eireli manterá uma seção técnica autônoma sempre dirigida por um profissional devidamente habilitado ao exercício da profissão, o qual compete elaborar os ante projetos, projetos, cálculos, orçamentos, especificações técnicas, promover, administrar as construções, propor ajuste, admissão e demissão de empregados, mestres, operários, e empreiteiros, proceder a escolha de materiais necessários às obras, enfim tudo o mais convier para fiel desempenho das leis que regem a espécie.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/06/2016 10:44 SOB Nº 20163104522.
 PROTOCOLO: 163104522 DE 15/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11600774315. NTRR: 41640193253.
S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - EPP

Libertad Bogus
 SECRETÁRIA-GERAL
 CURITIBA, 16/06/2016
www.espresafacil.pr.gov.br

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP
CNPJ-MF 08.715.392/0001-87
ATO CONSTITUTIVO
PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA: A Eireli, obrigatoriamente, em todos os planos, plantas, ante projetos, projetos, memórias, cálculos, relatórios, laudos periciais, medições, especificações, orçamentos, detalhes e outros trabalhos de engenharia e de ordem técnica, fará constar o seu nome e assinatura dos respectivo responsável técnico, assim como o número de sua carteira profissional e menção de seu título de formatura.

CLÁUSULA NONA: Por se tratar de empresa que pretende explorar engenharia civil, cujas atividades são regulamentadas por leis federais que regem o exercício de engenharia, da arquitetura e da agronomia, comprometendo-se a cumprir integralmente as leis pertinentes ao assunto, criando ou modificando as suas cláusulas contratuais desde que seja determinado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia da Sétima Região a qual está subordinada.

CLÁUSULA DÉCIMA : A Eireli em todas as suas obras e serviços, obrigatoriamente, fará fixar placa indicativa de sua responsabilidade, cumprindo normas instituídas, pelo Ato nº 14 de 23 de abril de 1967, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Sétima Região, do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A Eireli, obrigatoriamente, fará anotar no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Sétima Região, todos os contratos para obras e serviços, firmando ou verbalmente acertados, em cumprimento às disposições do Ato nº 20 de 24 de setembro de 1962, do próprio Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Sétima Região.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A titular declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da EIRELI por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, a titular declara ainda que não participa de nenhuma outra empresa desta modalidade.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A responsabilidade da titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social.



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ - SJDR

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/06/2016 10:44 SOB Nº 20163104522.
PROTOCOLO: 163704622 DE 15/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11500774316, NIRE: 41608195253.
S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - EPP

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 16/06/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP
CNPJ-MF 08.715.392/0001-87
ATO CONSTITUTIVO
PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado o titular da Eireli, a empresa continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo a empresária, na proporção de suas quotas, os lucros e as perdas apurados.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para quaisquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A Eireli poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pela titular.

É por assim estar justo e contratado, lavra, data, e assina juntamente com duas testemunhas o presente instrumento devidamente rubricado pelo titular, e em uma via, obrigando-se fielmente e por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba PR., 06 de junho de 2016



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SJDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/06/2016 10:44 SOB Nº 20163104522.
PROTOCOLO: 163104522 DE 15/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600774316. NIRE: 41630193253.
S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - - EPP

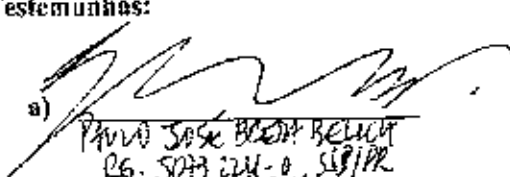
Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 16/06/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP
CNPJ-MF 08.715.392/0001-87
ATO CONSTITUTIVO
PRIMEIRA ALTERAÇÃO

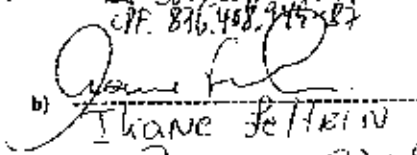

STELLA MARIS RESENDE

Testemunhas:

a)


Paulo José Breda Beluc
RG. 5077.224-0. SSP/PR
CPF. 876.468.944-87

b)


Iliane Fetter
RG 4163970-9
SSP/PR
CPF 603.820.237-00

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/06/2016 10:44 SOB N° 20163704522.
PROTOCOLO: 153104522 DE 15/06/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600774316. NIRE: 41500193253.
S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - EPP

Libertad Rogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 16/06/2016
www.empresafacil.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 100/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL	SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI		
CNPJ	08.715.392/0001-87	Insc. Estadual	ISENTO
Endereço	RUA CAPITÃO JOÃO RIBAS DE OLIVEIRA	Nº 81	Bairro BAIRRO GUABIROTUBA
Telefone	Cidade: CURITIBA - PR		

Certificamos na data de 12 de novembro de 2018, que a Empresa proponente citada acima está devidamente cadastrada em nosso sistema para participar da presente Tomada de Preços nº 11/2018, do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, referente à Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, conforme Edital de licitação em epigrafe.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 12 de novembro de 2018.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DIRCEU BONIN

DIRCEU BONIN
Pres. Comissão
Perm. Licitação

❖ **CERTIFICADO DE CADASTRO**

00001

DECLARAÇÃO
MODELO Nº 09

A Comissão Permanente de Licitações

Do


Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2018

PROCESSO N.º 100/2018

O signatário da presente, a senhora **STELLA MARIA RESENDE**, representante legalmente constituído da proponente **SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI** declara, sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.



STELLA MARIS RESENDE
DIRETORA
RG - 6.861.375-2 SSP/PR


ANEXO N.º 10
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

A Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2018
PROCESSO N.º 100/2018

Declaro para os devidos fins de direito e sob as penas da Lei, que a empresa interessada em participar do presente certame que não possui em seu quadro societário servidor ou empregado público da ativa ou empregado de empresa pública e que não tem parentesco com a Administração Pública Municipal.

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.



STELLA MARIS RESENDE
DIRETORA
RG - 6.861.375-2 SSP/PR

010013



SM RESENDE
CONSTRUTORA DE OBRAS

ANEXO Nº 06

**DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO EDITAL E INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitações

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná


Ref.: TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2018

PROCESSO N.º 100/2018

O signatário da presente, em nome da proponente **SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**, declara, expressamente, que se sujeita às condições estabelecidas no edital de Tomada de Preços e respectivos modelos, adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e Artigo 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.


STELLA MARIS RESENDE
(DIRETORA)
RG - 6.861.375-2 SSP/PR



SM RESENDE
CONSTRUTORA DE OBRAS

ANEXO N.º 13
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

A Comissão Permanente de Licitações

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná

Ref.: TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2018

PROCESSO N.º 100/2018

A empresa **SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**, CNPJ n.º 08.715.392/0001-87, representada neste ato pelo seu sócio administrador a senhora **STELLA MARIS RESENDE**, CPF/MF sob nº 338.575.201-81, declara, sob as penas da lei, que, irá disponibilizar os veículos, máquinas e equipamentos, de acordo com as especificações mínimas constantes na planilha orçamentária e demais documentos do processo, para execução do objeto da Tomada de Preços nº 11/2018, e que a mesma está ciente de todas as exigências do presente edital supra citado, bem como a veracidade desta declaração

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.


STELLA MARIS RESENDE
DIRETORA
RG - 6.861.373-2 SSP/PR

0.00015

❖ **REGULARIDADE FISCAL**

12/10/2010



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**
CNPJ: **08.715.392/0001-87**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

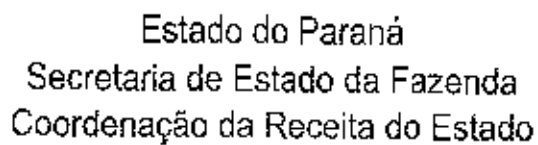
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:48:00 do dia 22/05/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/11/2018.

Código de controle da certidão: **25D6.0762.56E0.A60E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 019032610-63

Nome: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 12/03/2019 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - ME

CNPJ: 08.715.392/0001-87

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 523378-2

ENDEREÇO: R. CAPITÃO JOÃO RIBAS DE OLIVEIRA, 81 - GUABIROTUBA, CURITIBA, PR

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

É expedida esta **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS**, em nome do sujeito passivo inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

A certidão expedida em nome de Pessoa Jurídica abrange todos os estabelecimentos cadastrados no Município de Curitiba.

Certidão expedida com base no Decreto nº 670/2012, de 30/04/2012.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre Serviços - ISS), Imobiliários (Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos - ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais.

CERTIDÃO Nº: 321144/2018

EMITIDA EM: 18/09/2018

VÁLIDA ATÉ: 15/01/2019

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO: 1978.8A73.B68D.409E-3.8A08.8EB3.B5AB.3505-6

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Curitiba, na Internet, no endereço <http://www.curitiba.pr.gov.br> - link: Secretarias / Finanças.

Reserva-se a Fazenda Municipal, o direito de cobrar dividas posteriormente constatadas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta.

Certidão expedida pela internet gratuitamente.

IMPRESSO **VOLTAR****Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 08715392/0001-87**Razão Social:** S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP**Endereço:** R CAPITAO JOAO RIBAS DE OLIVEIRA 81 SALA B / GUABIROTUBA /
CURITIBA / PR / 81510-350

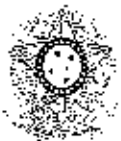
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/10/2018 a 23/11/2018**Certificação Número:** 2018102509171877638926

Informação obtida em 12/11/2018, às 14:52:00.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 08.715.392/0001-87

Certidão nº: 162067398/2018

Expedição: 12/11/2018, às 14:02:29

Validade: 00/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.715.392/0001-87, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A utilização desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

❖ **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

0.0042



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 155481/2018

Validade: 31/03/2019

Razão Social: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI EPP

CNPJ: 08715392000187

Registrada desde : 11/01/2011

Num. Registro: 50896

Capital Social: R\$ 1.600.000,00

Endereço: RUA CAPITAO JOAO RIBAS DE OLIVEIRA, 81 SALA B GUABIROTUBA

CEP: 81510350

Município/Estado: CURITIBA-PR

Objetivo Social:

Construção e manutenção de obras rodoviárias, ferroviárias, aeroviárias, e civis, consultoria, supervisão, elaboração de projetos, execução de serviços de apoio técnico em obras de engenharia civil, locação de mão de obra em geral, locação de veículos, máquinas e equipamentos, loteamento de imóveis próprios, construção, incorporação e venda de empreendimentos imobiliários próprios e de terceiros.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2018.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsável(eis) Técnico(s):

1 - HUMBERTO MANFROI MARIA

Carteira: PR-143184/D Data de Expedição: 05/01/2015

Desde: 28/03/2016 Carga Horária: 4: H/D

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA

Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 423651/2018, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 16/11/2018 13:35:27

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emitida via Internet em 13/11/2018 10:25:02

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **154359/2018**

Validade: **31/03/2019**

Nome Civil: **HUMBERTO MANFROI MARIA**

Carteira - CREA-PR Nº : **PR-143184/D**

Registro Nacional : **1713902677**

Registrado(a), desde : **05/01/2015**

Filiação : **NERY MARIA**

JAQUELINE MANFROI MARIA

Data de Nascimento : **20/07/1992**

Carteira de Identidade : **97217912**

Naturalidade : **SÃO JOÃO DO LONTRA/PR**

CPF : **08328938970**

Título: **ENGENHEIRO CIVIL**

FACULDADE ASSIS GURGACZ

Data da Colação de Grau : **17/12/2014**

Diplomação : **17/12/2014**

Situação : **Regular**

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2018.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: **LICITAÇÕES**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 420174/2018.

Emitida via Internet em **13/11/2018 10:26:14**

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva punição penal.



SM RESENDE
CONSTRUTORA DE OBRAS


ANEXO N° 02
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

A Comissão Permanente de Licitações

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2018
PROCESSO N.º 100/2018

O signatário da presente, a senhora **STELLA MARIS RESENDE** representante legalmente constituído da proponente **SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS FIRELI**, declara que a mesma recebeu toda a documentação e tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias à execução do objeto da Tomada de Preços supramencionada.

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.


STELLA MARIS RESENDE
DIRETORA
RG - 6.861.375-2 SSP/PR



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná

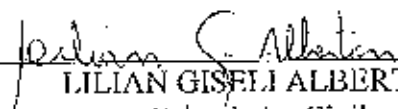



ATESTADO DE VISITA

Ref.: Edital Tomada de preços Nº 11/2018
Processo Nº 100/2018

Declaramos que o Engenheiro HUMBERTO MANFROI MARIA, CREA nº 143184/D representante da proponente S.M. RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ: 08.715.392/0001-87, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Concorrência em epígrafe.

Nova Esperança do Sudoeste, 12 de Novembro de 2018.


LILIAN GISELI ALBERTON
Engenheira Civil
CREA/SC 812135/D Visto 89896/PR


HUMBERTO MANFROI MARIA
CREA/PR 143184/D

❖ **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

10/06/2017
[Handwritten signature]

**❖ ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DA
EMPRESA**

200468

AP



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ**

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal nº 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal nº 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhes quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal nº 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO CIVIL

ADALBERTO ANDRADE FERNANDES

Carteira Profissional: RJ- 12397/D

Acervo Técnico Nº.: 14970/2012

Selos de autenticidade: A 010.948

RNP Nº: 2005571059

Protocolo Nº.: 2012/00339120



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ADALBERTO ANDRADE FERNANDES

Carteira Profissional: RJ-12397/D

Acervo Técnico Nº.: 14970/2012

Selos de autenticidade: A 010.948

RNP Nº.: 2005571059

Protocolo Nº.: 2012/00339120

ART Nº.: 20113569744 0..... Registrada: 16/08/2011.....
 ART Co-Respons..... ART Vinculada:.....
 Empresa Executora: S. M. RESENDE & CIA LTDA - ME.....
 Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL - CNPJ/CPF:
 76.208.867/0001-07.....
 Tipo de Contrato: EMPREITADA.....
 Atividade Técnica: EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
 Área de Competência: OBRAS RODOVIÁRIAS/FERROVIÁRIAS.....
 Tipo de Obra/Serviço: ARRUAMENTO.....
 Serviço Contratado: EXECUÇÃO.....
 EXECUÇÃO DE OBRAS DE TERRAPLENAGEM.....
 EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO.....
 EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTE.....
 Dimensão: 15.342,46 M2..... Área Existente: 0,00 M2.....
 Área Ampliada: 0,00 M2..... Área de Reforma: 0,00 M2.....
 Dados Complementares: 0,00.....
 Local da Obra: R PARANA 5000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL,
 5000 COQUEIRAL Q.....
 Município/Estado: CASCAVEL/PR.....
 Data de Início: 05/09/2011..... Data de Conclusão: 18/05/2012.....
 Docto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
 Descr. Compl. Serv.: PAVIMENTAÇÃO COM IMPLANTAÇÃO DE RECAPE NA ESTRADA RIO
 DA PAZ, RUA DA AMIZADE 2 BAIRRO XIV DE NOVENBRO E
 CORTES NA AV. BRASIL, NOS CRUZAMENTOS DAS RUAS
 VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, CASTRO ALVES, SALGADO FILHO E
 MANOEL RIBAS.....
 Observação:.....



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL**ADALBERTO ANDRADE FERNANDES**

Carteira Profissional: RJ-12397/D

Acervo Técnico Nº.: **14970/2012**Selos de autenticidade: **A 010.948**

RNP Nº.: 2005571059

Protocolo Nº.: **2012/00339120**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 2012/00339120.

Emitida via Internet em 06/09/2012 14:00:35 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 010/2002.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



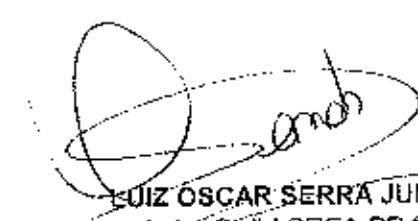
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SESOP
SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

Declaramos que a Empresa S. M. RESENDE & CIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito à rua Capitão João Ribas de Oliveira, nº 81, sala B, Curitiba - Paraná, inscrita no CNPJ nº 08.715.392/0001-87, com seu responsável técnico o Engenheiro Civil ADALBERTO ANDRADE FERNANDES, CREA-RJ 12.397-D, executou para o MUNICÍPIO DE CASCAVEL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.208.867/0001-07, referente à TOMADA DE PREÇOS nº 023/2011, CONTRATO nº 149/2011 e ART nº 20113569744, com data de início em 05/09/2011 e data de término em 18/05/2012 os serviços de 15.342,46 m² de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ COM IMPLANTAÇÃO DE RECAPE ASFÁLTICO na rua Rio da Paz, rua Da Amizade e Cortes na avenida Brasil com as ruas Voluntários da Pátria, Castro Alves, Saigado Filho e Manoel Ribas, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UD.	QUANTIDADE
DEMOLIÇÃO DE MEIO FIO COM RETIRADA DE ENTULHO.	M	1.478,35
DEMOLIÇÃO DE CANTEIRO CENTRAL COM RETIRADA DE ENTULHO.	M²	99,62
DEMOLIÇÃO DE CALÇAMENTO COM RETIRADA DE ENTULHO.	M²	54,23
DEMOLIÇÃO MECÂNICA DE PAVIMENTO E TRANSPORTE.	M²	814,45
REMOÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO.	M²	1.359,20
CONSTRUÇÃO EXISTENTE A DEMOLIR COM REMOÇÃO DE ENTULHO.	M³	18,10
ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS - 1ª CATEGORIA.	M³	21,60
REATERRO SEM APOLOAMENTO.	M³	12,78
REATERRO COM APOLOAMENTO.	M³	5,58
CORPO DE BSTC, Ø 0,40 - SEM BERÇO.	M	18,00
TUBO DE CONCRETO, Ø 0,40 - SEM BERÇO, FORNECIMENTO, ESCAVAÇÃO, ASSENTAMENTO	M	114,00
REJUNTAMENTO E REATERRO.	UD	18,00
CAIXA DE LIGAÇÃO / QUEDA - Ø 0,40.	UD	24,00
BOCA DE LOBO SIMPLES.	UD	2,00
BOCA DE LOBO DUPLA.	M	1.810,00
MEIO FIO DE CONCRETO COM SARJETA MOLDADO "IN LOCO".	M²	6.848,27
REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUB-LEITO.	M²	185,54
BASE DE RACHÃO, ESP. = 15 cm.	M²	959,33
BASE DE BRITA GRADUADA, ESP. = 15 cm.	M²	8.698,30
LIMPEZA E LAVAGEM DE PISTA.	M²	21.767,86
PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO.	T	1.291,79
REVESTIMENTO EM CBUQ.	T	166,90
REPERFILAMENTO EM CBUQ.	M²	2.735,55
CALÇADA EM CONCRETO, ESP. = 5 cm.	M²	476,65
CALÇADA EM PAVER, ESP. = 4 cm, INCLUSIVE BASE, COMPACTAÇÃO E REJUNTAMENTO.	M²	92,64
ATERRO COM MATERIAL IMPORTADO.	M²	270,20
PLANTIO DE GRAMAS EM PLACAS.	M²	140,00
PINTURA DE FAIXAS BRANCAS.	M²	81,75
PINTURA DE FAIXAS AMARELAS.	GB	4,00
MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO.		

A obra em epígrafe foi executada e entregue conforme especificação dos serviços.


LUIZ OSCAR SERRA JUNIOR
Engenheiro Civil / CREA-PR-22.978-D

Cascavel, 18 de Maio de 2012.

CARTÓRIO MION

SESOP - SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

Avenida Tancredo Neves, 2259, Pioneiros Catarinenses, Cascavel - Paraná

FONE: (0**45) 3902-1333

Atestado registrado mediante vinculação a res. nº 001/2011

CREA - PR
A 010.949

❖ **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DO**
ENGENHEIRO

0 0033



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal n.º 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) concizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal n.º 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do Crea-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal n.º 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO CIVIL

HUMBERTO MANFROI MARIA

Carteira Profissional: PR-143184/D

Acervo Técnico Nº.: 4822/2017

Selos de autenticidade: A 051724

RNP Nº: 1713902877

Protocolo Nº.: 2017/00316051



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL

HUMBERTO MANFROI MARIA

Carteira Profissional: PR-143184/D

Acervo Técnico Nº.: **4822/2017**

Selos de autenticidade: **A 051724**

RNP Nº.: 1713902877

Protocolo Nº.: **2017/00316051**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Crea-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 2017/00316051.

Emitida via Internet em 14/03/2018 15:11:05 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2º TABELIONATO DE NOTAS DE
FOZ DO IGUAÇU
OBS: O selo de autenticidade do
FUNARPEN foi aplicado na última
folha do documento.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa S. M. RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELL, CNPJ sob o nº 08.715.392/0001-87, executou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS - PR, CNPJ nº 76.205.640/0001-08, neste ato representado por Raul Camilo Isotton, Prefeito Municipal, CPF: 452.771.906-63, de acordo com o Ata de Registro de Preços nº 122/2016, sob o regime de empreitada por valor global, para prestação de Serviços.

Descrição do serviço:

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ PARA MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.

Cujos serviços foram realizados pelo Responsável Técnico, Engenheiro Civil, Humberto Manfroi Maria, CREA PR - 143184/D, regularizados pela ART/RRF nº 20173768417, Informamos que os serviços foram realizados de modo satisfatório e suas quantidades estão demonstradas no quadro abaixo.

Área: 44.470,43 M²

Data de Início: 20/04/2016

Data de Conclusão: 19/04/2017

Local da Obras: Vias Urbanas e Rurais S/N

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE REPERFILAGEM E CAPA ASFÁLTICA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE REPERFILAGEM E CAPA ASFÁLTICA		
1.1	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA	M2	32.841,41
1.2	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSAO RR-1C	M2	44.378,19
1.3	FABRICAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAP 50/70, EXCLUSIVE TRANSPORTE - ABRANGENCIA GIGOV CASCAVEL	T	4.023,72

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Av. Rio Grande do Sul, 130 - Fone (46) 3536 8800 - CEP 85.660-000 - Dois Vizinhos - PR



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.4	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA DMT 35KM	TXKM	140.830,22
-----	---	------	------------

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
2.1	SERVIÇOS DE FREZAGEM E REMENDO PROFUNDO		
2.1.1	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO PERFURADOR, ESPESSURA ATÉ 15 CM, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M2	92,24
2.1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA, A CEU ABERTO, EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAPACIDADE DE 0,78 M3 ESP: 20 CM	M3	29,00
2.1.3	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA (MATERIAL REMOVIDO DMT 15 KM)	M3XKM	642,57
2.1.4	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M2	92,24
2.1.5	BASE PARA PAVIMENTAÇÃO COM BRITA GRADUADA, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO E = 15 CM	M3	14,50
2.1.6	BASE PARA PAVIMENTAÇÃO COM MACADAME HIDRÁULICO, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO E = 15 CM	M3	14,50
2.1.7	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA (MATERIAL PETREO DMT 35 KM)	M3XKM	1.015,07
2.1.8	IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM EMULSAO CM-30	M2	92,24

Dois Vizinhos - PR, 01 de Agosto de 2017.

Raul Camilo Isotton
Prefeito Municipal

Marcio Trentini

Engenheiro Civil

CREA PR-133392/D

ART Cargo Função 20172452653

Marcio Trentini
Engenheiro Civil
CREA-PR 133392/D

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Av. Rio Grande do Sul, 130 - Fone (46) 3536 8800 - CEP 85.660-000 - Dois Vizinhos - PR

3.00038



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ**

Certidão de Acervo Técnico com Atestado

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo procedeu a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART(s) referente(s) ao(s) serviço(s)/obra(s) descrito(s) nesta Certidão, integrando desta forma sua experiência profissional, conforme o Artigo 47º da Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

Certifica que, conforme dispõe o Artigo 2º da Lei Federal nº 6.496/77, a ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia e agronomia.

Certifica que, cabe ao(a) profissional a responsabilidade quanto a realização e conclusão do(s) serviço(s), bem como seus quantitativos, sendo de responsabilidade deste Órgão apenas a verificação da(s) atividade(s) condizente(s) com o registro e a(s) atribuição(ões) profissional(is), em conformidade com a Lei Federal nº 5.194/66, Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e Instruções Normativas deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Certifica que a capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico e varia em função de alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico, conforme o Artigo 48º da Resolução 1025/2009 do CONFEA.

Certifica que, a critério do(a) profissional, esta Certidão de Acervo Técnico estará acompanhada do Atestado emitido pelo(a)(s) contratante(s) constante(s) da(s) ART(s) acervada(s), o qual será um complemento que conterá detalhamentos quanto ao(s) serviço(s)/obra(s), abrangentes aos dados desta Certidão, e que atenderá a exigência prevista no Artigo 30, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Certifica que ficam cientes o(a) profissional detentor e a quem interessar possa, recebedores desta, que as informações constantes no Atestado, em desacordo com a presente Certidão de Acervo Técnico, não é(são) de responsabilidade do CREA-PR, e sim de seu(s) emitente(s), restringindo-se à presente Certidão às atividades registradas na(s) ART(s) acervada(s), conforme disposto na Lei Federal nº 6.496/77.

Certificamos, finalmente, que quaisquer eventuais informações divergentes apresentadas em Atestado não se vinculam à presente Certidão, sendo o conteúdo daquele de responsabilidade do(s) seu(s) emitente(s).

ENGENHEIRO CIVIL

HUMBERTO MANFROI MARIA

Carteira Profissional: PR-143184/D

Acervo Técnico Nº.: **4800/2017**

Selos de autenticidade: **A 051716**

RNP Nº: 1713902877

Protocolo Nº.: **2017/00314511**



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

HUMBERTO MANFROI MARIA

Carteira Profissional: PR-143184/D

Acervo Técnico Nº: **4800/2017**

Salos de autenticidade: **A 051716**

RNP Nº: 1713902877

Protocolo Nº: **2017/00314511**

ART Nº: 20161525646 O. Registrada: 12/04/2016.
ART Correspondente: ART Vinculada:
Empresa Executora: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - ME.
Contratante(s): MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - CNPJ/CPE:
76.205.640/0001-08.
Tipo de Contrato: EMPRETTADA.
Atividade Técnica: EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.
Área de Competência: OBRAS RODOVIÁRIAS/FERROVIÁRIAS.
Tipo de Obra/Serviço: ARRUMAMENTO.
Serviço Contratado: EXECUÇÃO.
EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO.
Dimensão: 742,60 M2. Área Existente: 0,00 M2.
Área Ampliada: 0,00 M2. Área de Reforma: 0,00 M2.
Dados Complementares: 0,00.
Local da Obra: RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA, S/N CENTRO.
Município/Estado: DOIS VIZINHOS/PR.
Data de Início: 18/04/2016. Data de Conclusão: 01/02/2017.
Uso de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.
Descr. Compl. Serv.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS PRELIMINARES, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA,
DRENAGEM E PASSEIOS NA RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA
ESQUINA COM A AVENIDA DEBI BARICHELO MONTANGER.
Observação:



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

ENGENHEIRO CIVIL

HUMBERTO MANFROI MARIA

Carteira Profissional: PR-143184/D

Acervo Técnico Nº.: **4800/2017**

Selos de autenticidade: **A 051716**

RNP Nº.: 1713902877

Protocolo Nº.: **2017/00314511**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 2017/00314511.

Emitida via Internet em 04/09/2017 09:16:59 horas.

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme a Resolução Nº 317/86 e a Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa S. M. RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELL., CNPJ sob o nº 08.715.392/0001-87, executou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS - PR, CNPJ nº 76.205.640/0001-08, neste ato representado por Raul Camilo Isotton, Prefeito Municipal, CPF: 452.771.906-63, de acordo com o Contrato nº 022/2016, sob o regime de empreitada por valor global, para prestação de Serviços.

Descrição do serviço:

EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E PASSEIOS NA RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA ESQUINA COM AVENIDADE PREFEITO DEDI BARRICHELO MONTAGNER NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.

Cujos serviços foram realizados pelo Responsável Técnico, Engenheiro Civil, Humberto Manfro Maria, CREA PR - 143184/D, regularizados pela ART/RRT nº 20161525646, Informamos que os serviços foram realizados de modo satisfatório e suas quantidades estão demonstradas no quadro abaixo.

Área: 742,60 M²

Data de Início: 18/04/2016

Data de Conclusão: 01/02/2017

Local da Obras:

- RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA (Entre as Ruas: Av. Prefeito Dedi Barrichello Montagner e Rua Souza Naves)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	TERRAPLANAGEM PAVIMENTO E CALÇADA		
	TERRAPLANAGEM		
1.1	DEMOLICAO MANUAL DE PAVIMENTACAO CALÇAMENTO DU CALÇADAS	M2	295,30
1.2	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA E= 20 CM	M2	488,30
1.3	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA	M3XKM	10,479,00

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Av. Rio Grande do Sul, 130 - Fone (46) 3536 8800 - CEP 85.660-000 - Dois Vizinhos - PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1.4	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M3	120,00
1.5	ESCAVAÇÃO MECÂNICA CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA	M3	210,30
2	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA		
2.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M2	413,10
2.2	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SUBLEITO A 95% DO PROCTOR NORMAL - PAVIMENTAÇÃO URBANA	M3	166,24
2.3	BASE PARA PAVIMENTAÇÃO COM BRITA GRADUADA, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO	M3	61,96
2.4	BASE PARA PAVIMENTAÇÃO COM MACADAME HIDRAULICO, INCLUSIVE COMPACTAÇÃO	M3	61,97
2.5	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA	M3XKM	4.337,55
2.6	IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM EMULSAO CM-3D	M2	413,10
2.7	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSAO RR-1C	M2	413,10
2.8	FABRICAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAP 50/70, EXCLUSIVE TRANSPORTE - ABRANGÊNCIA GIGOV CASCAVEL	T	51,64
2.9	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA	TXKM	1.807,30
2.10	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, 30 X 15/ 12" CM (H X L1/L2)	M	171,30
2.11	ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PREMOLDADO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO	M	171,30
2.12	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACIÇO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO, DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO 60X60 (COMPLETA)	UN	2,00
2.13	TUBO DE CONCRETO SIMPLES, CLASSE-PS1, MACHO/FEMEA, DN 500 MM, PARA ÁGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	15,00
2.14	ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DIÂMETRO = 300MM, SIMPLES OU ARMADO, JUNTA EM ARGAMASSA 1:3 CIMENTO:AREIA	M	15,00
2.15	ESCAVAÇÃO MECÂNICA CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA	M3	45,00
2.16	REATERRO E COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE VALA COM COMPACTADOR MANUAL TIPO SOQUETE VIBRATORIO	M3	22,50
3	CALÇADA E PÁSSEIOS		
3.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	M2	329,50
3.2	PAVIMENTO EM PAVER E=4CM, COR NATURAL, INCL TRAVAMENTO COM AREIA, INCLUSO COLCHAO DE AREIA 5 CM E COMPACTAÇÃO - TCPO 57.003.000004.SER - TCPO INFRA ESTRUTURA 2014	M2	206,50
3.3	PAVIMENTO EM PAVER E=4CM, GUIA TATIL DIRECIONAL OU ALERTA, COLORIDO, INCL TRAVAMENTO COM AREIA, INCLUSO COLCHAO DE AREIA 5 CM E COMPACTAÇÃO - TCPO 57.003.000004.SER - TCPO INFRA ESTRUTURA 2014	M2	6,30

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

Av. Rio Grande do Sul, 130 - Fone (46) 3536 8800 - CEP 85.860-000 - Dois Vizinhos - PR

OBS: O PREÇO É POR M3
AFRONTA JURATA



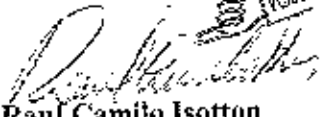
Município de

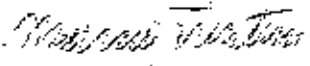
Dois Vizinhos

Estado do Paraná

3.4	RAMPA PNE-EM PISO EM CONCRETO 20 MPa PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO	M2	7,00
3.5	CONCRETO ARMADO DOSADO 15 MPa INCL MAT P/ 1 M3 PREPARO CONF COMP 5845 COLOC CONF COMP 7090 14 M2 DE AREA MOLDADA FORMAS E ESCORAMENTO CONF COMPS 5308 E 5708 60 KG DE ACO CA-50 INC MAO DE OBRA P/CORTE DOBRAGEM MONTAGEM E COLOC NAS FORMAS.	M3	1,50
3.6	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO	M2	125,00

Dois Vizinhos - PR, 01 de Agosto de 2017.


Raul Camilo Isotton
Prefeito Municipal


Marcio Trentini
Engenheiro Civil
CREA PR-133392/D
ART Cargo Função 20172452653

Marcio Trentini
Engenheiro Civil
CREA-PR 133392/D

2º TABELIONATO DE NOTAS
Tabelião: Cynasco Taveley Dornelles Júnior
Av. Jorge Schimmler, 38 - Cep 5851-110 - Foz do Iguaçu - PR
Fone/Fax: (45) 3028-2845 - atendimento@notasfoz.com.br

AUTENTICACÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste ofício, nesta data. Válido somente com selo de autenticidade FUNARPEN, aplicado em conformidade com a Lei Estadual nº 13228/2001, Art. 9º, 5º, 2º e 3º.

Ego Teste da Verdade
Foz do Iguaçu-PR, 11 de novembro de 2018.


Eliana do Prado Santos
Escritor





PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 76.205.640/0001-08

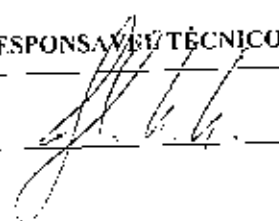
Av. Rio Grande do Sul, 130 - Fone (46) 3536 8800 - CEP 85.660-000 - Dois Vizinhos - PR

MODELO Nº 04
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A Comissão Permanente de Licitações


Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018
PROCESSO Nº 100/2018

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nº	NOME	ESPECIALIDADE	CREA Nº	DATA	ASSINATURA DO
				REGISTRO	RESPONSÁVEL TÉCNICO
1	Humberto Manfroí Maria	Engº Civil	PR-143184/D	05/01/2015	

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.


STELLA MARIS RESENDE
DIRETORA
RG 6.861.375-2 SSP/PR

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato Particular de Prestação de Serviços Profissionais que entre si fazem, de um lado **SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI** e de outro lado **HUMBERTO MANFROI MARIA** mediante as seguintes cláusulas:

CONTRATANTE: **SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida com sede na Rua Capitão João Ribas de Oliveira, 81 sala B - Bairro Guabirota, Curitiba-PR, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. **STELLA MARIS RESENDE**.

CONTRATADO: **HUMBERTO MANFROI MARIA**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do RG nº. 9.721.791-2, inscrito no CPF sob o nº. 083.289.389-79 e no registro profissional do CREA-PR 143184-D, com endereço residencial na Rua Urubici, 38, Salto do Lontra-PR, CEP 85.670-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente consiste na prestação, pelo **CONTRATADO** à **CONTRATANTE**, dos serviços profissionais de assessoria e consultoria técnica na área de engenharia civil.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços serão executados nos locais indicados pela **CONTRATANTE**, conforme suas necessidades.

2.2 - O contratado prestará os serviços a serem executados respeitando a carga máxima de 4 horas diárias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DEVERES DO CONTRATADO

3.1 - O **CONTRATADO** desempenhará os serviços enumerados na cláusula primeira e segunda com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação e normas técnicas vigentes, resguardando os interesses da **CONTRATANTE**.

3.2 - Responsabilizar-se-á o **CONTRATADO** por todos os materiais e/ou projetos a ele entregues pela **CONTRATANTE**, enquanto permanecerem sob sua guarda para a consecução dos serviços, análises e/ou consultas pactuadas, respondendo pelo seu mau uso, perda, extravio ou inutilização.

3.3 - Os serviços contratados não serão exercidos com exclusividade para a **CONTRATANTE**, podendo o **CONTRATADO** prestar serviços para outras empresas, desde que cumpra com as suas obrigações perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DEVERES DO CONTRATANTE

4.1. - Obriga-se o **CONTRATANTE** a fornecer ao **CONTRATADO** todos os dados, documentos, projetos e informações que se façam necessários ao bom desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. - Para a execução dos serviços constantes da cláusula primeira a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor de R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais) mensais, a serem pagos todo dia 05 de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços.

4.3 - O CONTRATADO receberá bonificação de uma parcela mensal ao ano de prestação de serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1 - O presente contrato vigorará a partir de 01 de fevereiro de 2016, por prazo determinado de 4 (quatro) anos, podendo a qualquer tempo ser rescindido mediante pré-aviso de 30 (trinta) dias, por escrito.

5.1.1 - A parte que não comunicar por escrito a rescisão ou efetuar a de forma sumária, desrespeitando o pré-aviso de 30 (trinta) dias, ficará obrigada ao pagamento de multa compensatória no valor de 1 (uma) parcela mensal dos honorários vigentes à época.

5.1.2 - No caso de rescisão, a dispensa pela CONTRATANTE da execução de quaisquer serviços, seja qual for a razão, durante o prazo do pré-aviso, deverá ser feita por escrito, não a desobrigando do pagamento dos honorários integrais até o termo final do contrato.

5.3 - A falta de pagamento de duas ou mais parcelas consecutivas de honorários faculta ao CONTRATADO suspender imediatamente a execução dos serviços ora pactuados, bem como considerar rescindido o presente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

5.4 - A falência ou a recuperação judicial da CONTRATANTE facultará a rescisão do presente pelo CONTRATADO, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

5.5 - Considerar-se-á rescindido o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso qualquer das partes CONTRATANTES venha a infringir cláusula ora convencionada.


CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Curitiba - PR, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da interpretação e execução do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente, em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2016.


SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
CONTRATANTE


HUMBERTO MANFROI MARIA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

❖ **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**

0.0048

SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

Edital Tomada de Preços 011/2018

DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO FINANCEIRA

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declhamos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitante, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarem as demonstrações.

ILG - Índice de Liquidez Geral

$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$ILG = \frac{11.552.853,86}{629.159,87 + 180.400,33} = \frac{11.552.853,86}{809.560,20}$$

ILG = 14,27

ILC - Índice de Liquidez Corrente

$ILC = AC / PC$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$ILC = \frac{11.552.853,86}{629.159,87}$$

ILC = 18,36

E - Endividamento

$E = (PC + ELP) / AC + RLP + AP$

$$E = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável Longo Prazo} + \text{Ativo Permanente}}$$

$$E = \frac{629.159,87 + 180.400,33}{11.552.853,86 + 1.799.883,80} = \frac{809.560,20}{13.352.737,66}$$

E = 0,06

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.

STELLA MARTIS RESENDE

Diretora

RG 6.861.375-2 SSP/PR

ILIANE FELTRIN

CRCPR 029358/O-0

RG 4.163.970-9 SSP/PR

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE: 01500192253 CNPJ: 06.715.392/0001-87
NOME EMPRESARIAL: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

TIPO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL:

Livro Digital

ANEXO AO LIVRO

Livro Diário Geral

DESCRIÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

06.B5.B0.5D.1C.29.13.35.22.4C.53.AA.7A.A8.84.46.0F.B7.B1.78

PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO

01/01/2017 a 31/12/2017

NÚMERO DO LIVRO

11

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CNPJ/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Parceiro Jurídico (e-ONPJ ou e-PT)	0371635200187	S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI	7639282113825036382	18/08/2018 a 17/08/2021	Sim
Contador	60382023900	ELIANE FELTRIN 60382023900	128351699006578243	28/10/2017 a 25/10/2020	Não
Contador/Contabilista Responsável Pelos Termos de Verificação desta Fila de Escrituração da ECD	60382023900	ELIANE FELTRIN 60382023900	152151699006579343	28/10/2017 a 25/10/2020	Não

NÚMERO DO RECIBO:

06.B5.B0.5D.1C.29.13.35.22.4C.53.AA.
7A.A8.84.46.0F.B7.B1.78-C

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/09/2018 às 11:37:43

D0.F3.15.C3.52.F4.8C.22
45.2B.C5.C8.C4.F2.EF.0C

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo. A comprovação da autenticação de-se dá por este recibo. Esta autenticação
depende da autenticação de sua Fila pelo art. 39 da Lei nº 9.341/1996

BASE LEGAL: Decreto nº 1.024/1990, com a alteração do Decreto nº 5.893/2016, e arts. 35, 14-A, 35-B da Lei nº 9.341/1994 com a alteração do
Decreto nº 1247/2014.

00000

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017 CNPJ: 08.715.392/0001-87
 Número da Ordem do Livro: 11

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
 NIRE: 41600193253
 CNPJ: 08.715.392/0001-87
 Número da Ordem: 11
 Natureza do Livro: Livro Diário Geral
 Município: Curitiba
 Data do arquivamento dos atos constitutivos: 12/03/2017
 Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária:
 Data de encerramento do exercício social: 31/12/2017
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 638

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
 Natureza do Livro: Livro Diário Geral
 Número da ordem: 11
 Quantidade total de linhas do arquivo digital: 638
 Data de início: 01/01/2017

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 08.05.BC.6D.10.29.13.35.72.4C.53.AA.7A.A8.64.46.0F.B7.61.76-0 nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 1 de 2

00051

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Atividade: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS FIEPE

Período de Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 08.716.392/0001-87

Volume de Ordem do Livro: 11

Data de Emissão:

31/12/2017

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo retico de número
2A.96.BC.6D.1C 29.13.35.22.4C.53.AA.7A.A8.64.46.0F.B7.61.78-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 2 de 2

MS
0.0029

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

Período de Escripturação: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 08.715.392/0001-87

Número de Ordem do Livro: 11

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 11.597.153,98	R\$ 13.352.737,66
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 17.474.259,49	R\$ 11.522.853,86
DISPONIVEL	R\$ 9.729.112,42	R\$ 11.212.853,86
CAIXA	R\$ 85.733,13	R\$ 93.861,52
CAIXA	R\$ 85.733,13	R\$ 93.861,52
BDO APLICACOES FINANCEIRAS	R\$ 1.125.363,71	R\$ 1.269.899,21
BDO DO BRASIL AP. ICAQUES	R\$ 1.043.742,98	R\$ 1.169.093,03
BDO DO BRASIL TITULOS DE CAPITALIZACAO	R\$ 66.540,73	R\$ 100.763,28
CLIENTES LOTEAMENTO JD ASCARI	R\$ 277.741,81	R\$ 325.251,35
CLIENTES LOTEAMENTO JD ASCARI	R\$ 277.741,81	R\$ 325.251,35
ADIANTE SOCIOS SCP JD ASCARI	R\$ 8.250.363,71	R\$ 8.553.251,77
CONSTRUTORA COGHEBITO MARIA EIRELI	R\$ 1.674.150,00	R\$ 1.724.059,03
TEREZINHA DE FATEMA DOS SANTOS	R\$ 1.612.041,47	R\$ 1.612.041,47
DINHEIRO ASCARI	R\$ 1.877.403,00	R\$ 2.177.403,00
YV. CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	R\$ 1.666.503,00	R\$ 1.655.500,00
S M RESENDE CONSTRUTORA EIRELI	R\$ 1.570.392,30	R\$ 1.570.392,30
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	R\$ 745.167,97	R\$ 370.000,00
CLIENTES	R\$ 425.147,97	R\$ 0,00
CLIENTES DE PRESTACAO DE SERVICOS	R\$ 425.147,97	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS A TERCEIROS	R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00
EMPRESTIMOS A TERCEIROS	R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00
ATIVO PERMANENTE	R\$ 1.122.894,48	R\$ 1.759.883,80
INVESTIMENTOS	R\$ 330.639,85	R\$ 351.277,72
INVESTIMENTOS	R\$ 330.639,85	R\$ 351.277,72
BDO DO BRASIL CONSORCIOS	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
PARTICIPACOES EM OUTRAS EMPRESAS	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
SCP LOTEAMENTO F07 DO IGUAÇU	R\$ 321.550,45	R\$ 1.267.910,90
MOBILIZADO	R\$ 821.550,45	R\$ 1.267.910,90
MOBILIZADO TECNICO	R\$ 400.000,00	R\$ 700.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 584.600,00	R\$ 567.910,90
VEICULOS, RELVES E PESADOS	R\$ 1993.235,551	R\$ 399.479,101

Este documento é parte integrante de escripturação cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 03.B5.8C.5D.10.29.13.35.22.4C.53.AA.7A.A8.84.46.0F.B7.B1.78-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escriuração Digital - Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 1 de 3

000003

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 08.716.352/0001-87

Número da Ordem do Livro: 11

Período Seletivo: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS EMPRESAS	R\$ 170.695,18	R\$ 170.695,18
INVESTIMENTOS EM OBRAS SOCIS	R\$ 170.695,18	R\$ 170.695,18
SOP LOTEAMENTO JARDIM ASCARI	R\$ 170.695,18	R\$ 170.695,18
PASSIVO	R\$ 11.597.133,85	R\$ 13.562.737,68
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 700.332,39	R\$ 629.159,87
FONCEDORES	R\$ 391.703,11	R\$ 529.159,87
FORNECEDORES	R\$ 340.435,11	R\$ 591.093,65
FORNECEDORES	R\$ 340.435,11	R\$ 591.093,65
OBRIGAÇÕES FISCAIS	R\$ 41.318,00	R\$ 37.595,21
IMPA RECOLHER	R\$ 2.753,46	R\$ 0,00
OUTRAS A RECOLHER	R\$ 12.754,41	R\$ 0,00
OUTRAS A RECOLHER	R\$ 11.531,35	R\$ 7.463,02
IMPA RECOLHER	R\$ 14.294,80	R\$ 20.092,19
OUTROS ADIANTAMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANAMENTO VENDAS DE IMOBILIZADO	R\$ 316.610,28	R\$ 0,00
ADIANAMENTOS VENDAS DE IMOBILIZADO	R\$ 216.815,23	R\$ 0,00
EXIGIV A LONGO PRAZO	R\$ 216.825,65	R\$ 150.400,33
VALORES A PAGAR A LONGO PRAZO	R\$ 216.825,65	R\$ 150.400,33
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCARIOS	R\$ 216.825,65	R\$ 150.400,33
EMPRESTIMOS BANCARIOS	R\$ 216.825,65	R\$ 150.400,33
RESULTADO PARA EXERCÍCIOS FUTUROS	R\$ 27.250,00	R\$ 27.250,00
REAVALIACOES	R\$ 27.250,00	R\$ 27.250,00
ALUSTE PATRIMONIAL	R\$ 27.250,00	R\$ 27.250,00
REAVALIAÇÃO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS	R\$ 27.250,00	R\$ 27.250,00
VEICULOS LEVES E VEICULOS PESADOS	R\$ 10.860.553,04	R\$ 12.515.927,45
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.600.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.600.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.600.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.600.000,00
RESERVAS	R\$ 2.719.750,48	R\$ 4.584.702,50
RESERVAS DE LUCRO	R\$ 2.719.750,48	R\$ 4.584.702,50
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ 2.719.750,48	R\$ 4.584.702,50

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número (8.65.30.50) 10.29.13.35.22.40.53.AA.7A.A8.64.48.0F.87.81.78-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 2 de 3

[Handwritten signature]

BALANÇO PATRIMONIAL

EMPRESA: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

Período de Pesquisa: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 08.715.392/0001-87

Número de Ordem do Livro. 41

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
CAPITAL INTEGRALIZADO SCP	R\$ 478.794,18	R\$ 478.794,18
CAPITAL SUBSCRITO SCPs	R\$ 478.794,18	R\$ 478.794,18
CAPITAL INTEGRALIZADO SPC DE ASCARI	R\$ 478.794,18	R\$ 478.794,18
RESULTADOS ACUMULADOS DE SCP	R\$ 5.892.430,38	R\$ 5.892.430,38
LUÇOS E OU PREJUÍZOS DE SCPs	R\$ 5.892.430,38	R\$ 5.892.430,38
LUÇOS E OU PREJUÍZOS DE ASCARI	R\$ 5.892.430,38	R\$ 5.892.430,38

Este documento é parte integrante da documentação cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 06.35.90.5D.1C.29.13.35.22.4D.53.AA.7A.A3.64.46.0F.B7.81.78-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Version 5.0.2 do Visualizador

Página 3 de 3

0-0557

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2017 a 31/12/2017

CNPJ: 08.715.392/0001-87

Número do Orçamento do Livro: 11

Período da Escrituração: 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017

Descrição	Valor da Razão DRE	Valor
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	R\$ 6.704.919,74	R\$ 6.469.636,94
RECEITA BRUTA	R\$ 6.704.919,74	R\$ 6.469.636,94
REVENHOS DE SERVIÇOS	R\$ 6.704.919,74	R\$ 6.469.636,94
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	R\$ 309.073,80	R\$ 285.953,84
A) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	R\$ (309.073,80)	R\$ (285.953,84)
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 6.395.845,94	R\$ 6.183.683,10
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 3.666.667,37	R\$ 4.282.717,84
A) CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS	R\$ (213.790,54)	R\$ (775.555,43)
B) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ (210.780,64)	R\$ 176.366,43
C) DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (15.885.059,43)	R\$ (3.514.351,41)
D) DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ (13.555.059,43)	R\$ (3.514.351,41)
RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 2.729.178,57	R\$ 1.912.965,26
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 30.908,13	R\$ 140.484,50
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 30.908,13	R\$ 140.484,50
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 46.167,76	R\$ 33.742,59
A) DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ (46.167,76)	R\$ (28.242,52)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	R\$ 2.713.910,81	R\$ 2.019.207,17
B) PROVISÃO P/COLL	R\$ (12.413,12)	R\$ (69.872,05)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	R\$ 2.701.497,69	R\$ 1.949.335,12
C) PROVISÃO P/IRPJ	R\$ (112.033,13)	R\$ (80.392,74)
LURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 2.589.464,56	R\$ 1.868.942,38

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticidade se comprova pelo código de verificação 08.55.90.8D.7C.29.13.35.22.4C.58.AA.7A.A3.64.46.0F.B7.51.78-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 5.0.2 do Visualizador

Página 1 de 1

13

00000
M

Consolidação: Empresa

Estabelecimento: 01 - S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI - 08.715.392/0001-87

Notas Explicativas Gerais

0001 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01: CONCEPTO OPERACIONAL

A S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob número 08.715.392/0001-87, constituída em 12/05/2007, tributa-se pelo lucro presumido com aplicação trimestral, com base da atividade de fabricação e comércio de concreto, extração, arremesso e bombeio de concreto, obra industrial, e outros materiais para construção, aluguel de máquinas. Com sede no Município de Curitiba/PR, na Rua Capitão João Pires de Oliveira nº 31, bairro Pousa de Itaipu.

NOTA 02: POLITICA CONTÁBIL E BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis preparadas em 31 de dezembro de 2017, foram compreendidas: balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração das alterações do patrimônio líquido (DRE), e demonstração dos fluxos de caixa (DFC). Assim, a empresa a partir das demonstrações contábeis e das coletoras de legislação contábil, em 11.10.46/2002 e demais legislações aplicáveis e dos registros contábeis.

O resultado é apurado de acordo com a regra de competência, que estabelece que os fatos e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados das operações em que ocorrem, conforme o reconhecimento quando se consolidarem, independentemente do recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo método "pro rata" ou a avaliação com base no método exponencial, exceto quando relativas às atividades operacionais e ainda as vendas de bens e operações de natureza, que são contabilizadas com base no método linear.

As práticas contábeis no estabelecimento das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina o CPC nº 100: Confiabilidade, Comparabilidade, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Substância sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Temporalidade, quando assim alinhadas com normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) aprovadas pelo Comitê de Normas Contábeis (CNC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Empresas e Médias Empresas.

Os administradores da empresa optaram pela utilização da contabilidade simplificada a qual se encontra devidamente alinhada à legislação profissional, e estando assim regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no seu artigo 1º, inciso III, e ainda conforme previsto no Regulamento Contábil. Assim, a administração da empresa, declara que possui ciência do conteúdo do artigo 1º, inciso III, e as suas normas e que, assim, as práticas demonstrações refletem a realidade da empresa em suas atividades de gestão. Os resultados apresentados são livres de qualquer alteração para conformidade com a administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integridade e precisão. A administração encontra-se ciente de que a contabilidade simplificada, especialmente no tocante a lei 11.107/2008 que define o conteúdo de suas demonstrações contábeis, não substitui as demonstrações e o reconhecimento. A responsabilidade profissional da contabilidade que envolve estas demonstrações contábeis está incluída no livro contábil que efetivamente responde pela administração da empresa a todo momento.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e pressupostos, tais como: reconhecimento de perdas estimadas relativas ao valor justo provável; perdas ou redução do valor recuperável (impairment) e a determinação do valor justo de determinados ativos. Essas questões a responsabilidade profissional nos tais estimativas são dos que efetivamente respondem os respectivos dados técnicos. Dentre estes os exemplos ativos passam por alterações daqueles estabelecidos em suas estimativas e pressupostos.

NOTA 03: BASE FUNCIONAL E DE APROXIMAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$100, que é a moeda funcional da empresa. Assim as contas e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis estão expressos em moeda estrangeira, são ajustados às diferenças contábeis vigentes no Brasil e convertidos para R\$100, de acordo com as taxas de câmbio de moeda local. Os ajustes relativos a perdas resultantes do processo de conversão são transferidos para o resultado e perdas acumuladas no regime de competência.

NOTA 04: TESTE DE RECUPERABILIDADE PARA ATIVOS IMPAIRED

Consolidação: Empresa

Atendendo as conclusões da NBC TG 1000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1255/2009, a administração da empresa, faz a análise sobre a recuperabilidade dos ativos submetidos à tal resolução através do teste de principalidade considerando os dados orçamentários, ou seja, uma redução dos ativos, além do esperado, no valor de mercado do ativo; o valor contábil do ativo líquido a menos que o valor justo estimado; observância do dado físico do ativo; mudanças significativas que afetem o valor; informações internas da empresa; que esperem o pagamento econômico pelo ativo esperado. Após esta análise a administração chegou a conclusão de que todos os ativos se enquadram a valor recuperável através da venda ou do uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de impairment uma vez que não existia indicação no evento de não recuperabilidade.

NOTA 05: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS FISCALIS E PROVISIONADAS

Os ativos contingentes pertencentes não foram reconhecidos conforme previsto na NBC 9.1000 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As provisões quando constituídas encorajam-se fortemente alinhadas às opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações e semelhanças com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento da litigância. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as normas mantidas sob o qual decorre quando não houver mais recursos ou quando da sua prescrição.

NOTA 06: AJUSTE A VALOR PRESENTE

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo de analisar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, tanto para os ativos quanto para os passivos, foi realizado no reconhecimento inicial de cada operação de longo prazo em base econômica e não jurídica, permitindo a conta modificadora para os ativos e passivos refletir a realidade de qual a forma sendo reconhecidos como receitas ou despesas com o decorrer do tempo como receitas ou despesas financeiras de reconhecimento de resultados da operação através do método do taxa efetiva de juros.

NOTA 07: AVALIAÇÃO DE CONTINGÊNCIAS

A empresa declara explicitamente que a elaboração e a aprovação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1.251/2009. A administração da empresa também declara, ao emitir demonstrações contábeis, que a empresa não possui passivos potenciais de contas e assim reconhece uma provisão a insolvência pela aplicação do previsto na Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

NOTA 08: DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado foi apurado de 31 de dezembro de 2017 e está em conformidade ao regime de competência. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Legislação societária, conforme a Lei 11.106/2002 e demais legislações aplicáveis, os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelas normas brasileiras de contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente NBC TG 100.

NOTA 09: ATIVOS CIRCULANTES

A classificação das contas é realizada com base na que interrelada o pronunciamento técnico NBC - Pequenas e Médias Empresas, sendo classificado como circulante quando os ativos realizam o ativo, ou quando varia no ou quando durante o ciclo operacional normal da entidade; ou o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de obter o equivalente de caixa. (NBC TG 1000, Item 4.21).

Seguindo-se a conta disponibilizada à empresa de seguinte maneira:
Caixa R\$ 83.861,82
Banco
Aplicações Financeiras R\$ 1.761.668,21

Créditos a conta credida é composta da seguinte forma:
Impostos e Receitas R\$ 325.863,32
Adiantamento sobre Tot Jardim Pádua R\$ 2.000.203,7
Empréstimo de Terceiros R\$ 530.596,00

00008

Consolidação: Empresa

Mês/Ano: 12/2017

NOTA 10: OBRAS EM ANDAMENTO: A empresa mantém obras em andamento e longo prazo junto às seguintes instituições:

Banco do Brasil Comercial R\$ 61.977,70

Participações em Outras Empresas R\$ 418.688,18

Exatidão: tem sido oficialmente do custo histórico, sendo considerados como custos reais os valores necessários para sua reabilitação es. Nesse é a expressão da administração. As alterações de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização das referidas bens e considerando o valor residual para fins de cálculo acerca do método linear, tudo em conformidade com a Resolução 1250/2008 que instituiu o Pronunciamento Técnico EM - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A seguir consta um comparativo dos valores do ativo imobilizado, percentual de depreciação e valor de depreciação acumulada:

ATIVO IMOBILIZADO	DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
Ativos Imobilizados	Ativos Imobilizados	
Imóveis e equipamentos	R\$ 103.000,00	
Veículos leves e pesados	R\$ 507.390,00	
(-) Depreciações	R\$ 399.478,10	

NOTA 11: PASSIVO CIRCULANTE

A classificação das contas é realizada com base no que determina o Pronunciamento Técnico EM - Pequenas e Médias Empresas, sendo classificadas como circulantes quando há espera líquida e possível durante o ciclo operacional normal de atividades ou a possível liquidação antecipada para a finalidade de distribuição. A passiva líquida no período de até doze meses após a data das demonstrações financeiras ou a extinção não tiver direito incondicional ao diferir a liquidação até o final do período não menos de doze meses após a data de divulgação. R\$ 1.510,00, 1 em 1.

Passivo Circulante sendo assim composto:

Provedores Nacionais de telefonia de R\$ 591.281,88

Dividendos a receber: correspondem às participações societárias

Dividendos a receber R\$ 17.400,00

Impostos a pagar R\$ 2019,74

NOTA 12: PATRIMÔNIO LÍQUIDO: PASSIVO CIRCULANTE

A classificação das contas é realizada com base no que determina o Pronunciamento Técnico EM - Pequenas e Médias Empresas, sendo classificadas como não circulantes ativos líquidos que não se classificam como sendo circulantes. Os dados classificatórios deste grupo foram avaliados pela administração e considerados que refletem a realidade da data das demonstrações dentro de melhores estimativas, sendo formado valor seguinte dos grupos, conforme a seguir:

Equivalências e investimentos	R\$ 190.107,00
-------------------------------	----------------

NOTA 13: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é o valor residual das ativos reconhecidos menos as passivas e se encontra assim constituído:

Capital Social: R\$A representado por 1.400.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada. A participação societária está assim dividida:

a) Maria Maria Resende Maria - ingressou na sociedade em 11/02/2017 com uma quota de R\$ 1,00. O capital social possui 1.400.000 quotas equivalentes a R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil).

Reservas de Lucros: Ajuste do Avali das Patrimônios R\$ 21.181,88

Handwritten signature and date 03/03/2018.

Consolidação: Empresa

Mês/Ano: 12/2017

Lucros e Prejuízos Acumulados: A empresa apresenta o seguinte saldo nos anos respectivos a seguir:

Saldo inicial em 01/01/2017 R\$ 21.19.710,48

Resultado do Período em 31/12/2017 R\$ 4.534.702,30

Capital Integralizado em R\$

Saldo Final em 31/12/2017 R\$ 478.734,15
Lucros de R\$ em 31/12/2017 R\$ 4.534.702,30

Curitiba, 31 de dezembro de 2017

STELLA MARIS RESENDE
DIR: OPA
CPF 338.575.201-91

S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS LIRELI
ILTANE FELTRIN
CRC 20353/O-0

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

S.M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)

CNPJ

Data de Arquivamento do Ato Constitutivo

Data de Início de Atividade

41 5 0019325-3

08.715.392/0001-87

12/03/2007

05/03/2007

Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro/Distrito, Município, UF, CEP)

RUA CAPITAO JOAO RIBAS DE OLIVEIRA, 81-SALA B, GUABIROTUBA, CURITIBA, PR, 31.310-350

Objeto

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS, FERROVIÁRIAS, AEROPORTUAIS E CIVIS, CONSULTORIA, SUPERVISÃO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM GERAL, LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, LOTEAMENTO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS, CONSTRUÇÃO, INCORPORAÇÃO E VENDA DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS.

Capital: R\$ 1.600.000,00

(UM MILHÃO E SEISCENTOS MIL REAIS)

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
(Lei nº 12372/03)

Prazo de Duração

Capital Integralizado: R\$ 1.600.000,00

(UM MILHÃO E SEISCENTOS MIL REAIS)

Não

Indeterminado

Titular

Nome/CPF

STELLA MARIS RESENDE
338.575.201-91

Administrador

Sim

Início do Mandato

20/04/2016

Término do Mandato

XXXXXXXXXX

Último Arquivamento

Data: 22/07/2017

Número: 20175327718

Situação

REGISTRO ATIVO

Ato: DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Status

Evento (s): DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CURITIBA - PR, 26 de outubro de 2018

18/670331-0



Libertad Bogus

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL



2º TABELIONATO DE NOTAS

Tabelião: Cyriaco Tacaty Dornelles Júnior
Av. Jorge Schirvuelpteng, 38 - Cep 85851-110 - Foz do Iguaçu - PR
Fone/Fax: (45) 3028-2845 - ziendatento@notastmz.com.br

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste ofício, nesta data. Válido somente com selo de autenticidade FUNARPEN, aplicado em conformidade com a Lei Estadual nº 13228/2001, Art. 9º, 5º, 2º e 3º.

Em Teste da Verdade
Foz do Iguaçu, PR, 13 de novembro de 2018

Exatidão do Prado Santos
Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação do Gov. PR
FPD90553

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

1º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR, PARTE E CONTADOR JUDICIAL DO FÓRUM
CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL 1
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 335 - P. ANDAR - CEP: 80230-306
FONE/FAX: (41) 3027-5283
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDOS DE CERTIDÕES

AV. CÂNDIDO DE ABREU, 335 - TERREO - CEP: 80230-305



JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO

TITULAR

ESTADO DO PARANÁ

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELKI
LUIZ CARLOS KOFANDSKI
ISABEL ANOELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELLI
CHRISTIANNE SOARES MOREIRA
KARINA SÁVARO ALVES
VANESSA VANENTE
LINDA GALLASSINI

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CÍVEL
VARAS CRIMINAIS * VARAS DA FAZENDA * VARAS DA FAMÍLIA * VARAS DE
EXECUÇÃO FISCAL DO ESTADO E DO MUNICÍPIO * REGISTROS PÚBLICOS * TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS * JUZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA

fls. 1

CERTIDÃO

(FELIZES AQUIZADOS)

CERTIFICADO, a pedido de parte interessada,
para fins de escrituração, que revendo os livros de distribuições
CÍVEL (1 A 3 VARA DA FAZENDA), EXECUÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO,
existentes neste Cartório, dos mesmos não consta qualquer ação contra

S. M. RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI -

CNPJ: 08.715.392/0001-87. -

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste Cartório)
(Lei Mo. 4.677, de 29/12/62), até a presente data.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE'.

Curitiba, 22 de outubro de 2018.

CHRISTIANNE SOARES MOREIRA
Escrivente Juramentada

2º TABELIONATO DE NOTAS
Tabelião: Cyrleao Tacely Dornelles Junior
Av. Jorge Schimmelpfeng, 38 - Cep 85851-110 - Foz do Iguaçu - PR
Fone/Fax: (45) 3028-2845 - cldornelles@notaspr.com.br

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento
apresentado neste ofício, nesta data, válido somente
com selo de autenticidade FUNARREN, aplicado em
conformidade com a Lei Estadual 13228/2001,
Art. 9º, 81º, 2º e 3º.

Em Teste
Foz do Iguaçu-PR, 13 de novembro de 2018

Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FPO90544



QUITAS: R\$ 31,30
ENTRADA POR: 04918



SM RESENDE
CONSTRUTORA DE OBRAS

A Comissão Permanente de Licitações

Do

Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná


Ref.: TOMADA DE PREÇOS N.º 11/2018

PROCESSO N.º 100/2018

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa **SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**, CNPJ n.º 08.715.392/0001-87, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal.

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.


STELLA MARIS RESENDE
DIRETORA
RG - 6.861.375-2 SSP/PR

0 11 33



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR

ATA Nº 80/2018 DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 E Nº 02

REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, em sessão pública, sob presidência do Senhor Dirceu Bonin e membros Cristiane Martins Preis e Tais Moura, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 004/2018 do dia 11 de janeiro de 2018, para proceder ao recebimento dos envelopes nº 01 e nº 02 entregue pelas proponentes interessadas na execução do objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 11/2018 que tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital. Fizeram o cadastro para participarem da presente licitação as empresas PAVIMA – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP, CNPJ sob nº 79.569.398/0001-31, SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ sob nº 08.715.392/0001-87 e a empresa VIA VENETTO CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ sob nº 02.911.627/0001-20.

Aberta a sessão pelo Senhor presidente, apresentou-se como proponente a empresa: SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ sob nº 08.715.392/0001-87, representada neste ato pelo senhor Aparecido Golçalves da Silva, portador do RG nº 4.433.141-1 SSP/PR e CPF/MF sob nº 569.058.909-87, mediante apresentação da Procuração Extra Judicial. O senhor representante, após se identificar junto à comissão de licitação, efetuou a entrega dos envelopes nº 01 e nº 02 contendo a documentação de habilitação e a proposta de preços da única proponente interessada, ocasião em que o senhor presidente declarou encerrado o prazo de entrega de qualquer envelope, nos termos do edital. A seguir, foram rubricados os envelopes nº 01 e 02 pela comissão de licitação e pelo representante da proponente presente. Em ato contínuo, procedeu-se à abertura do envelope nº 01 contendo a documentação de habilitação da empresa proponente que foi rubricada pelos membros da comissão de licitação e submetida ao exame e rubrica do representante da proponente presente.

A seguir, a comissão de licitação examinou detalhadamente a documentação do envelope nº 01 da proponente participante, verificou-se que a empresa participante apresentou a Certidão Negativa Federal vencida, porém a mesma não é micro empresa não podendo se beneficiar da Lei nº 123/2006 e alterações posteriores, conferida os demais documentos apresentados pela empresa a mesma apresentou de acordo com o edital de licitação, porém a mesma não foi habilitada por apresentar Certidão Negativa Federal vencida. Diante do exposto e como a mesma foi a única proponente interessada em participar do certame, e conforme Art. 48, § 3º da Lei 8.666/93 que tem a seguinte redação:

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escolhidas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

Diante disto abre-se o prazo de até oito dias úteis, para que a empresa participante apresente a documentação de acordo com o exigido no presente edital de licitação.

Nada mais havendo a tratar deu por encerrada a sessão, e finalizada a presente ata que vai assinada pelos membros da comissão de licitação e pelo representante presente.

COMISSÃO:

DIRCEU BONIN: Dirceu Bonin - Presidente

CRISTIANE MARTINS PREIS: Cristiane Martins Preis - Secretária

TAIS MOURA: Tais Moura - Membro

PROONENTE PRESENTE:

PROONENTE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI	Aparecido Golçalves da Silva	<u>Aparecido Golçalves da Silva</u>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO
SUDOESTE**

ATA Nº 80/2018 DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 E Nº 02

REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, em sessão pública, sob presidência do Senhor Dirceu Bonin e membros Cristiane Martins Preis e Tais Moura, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 004/2018 do dia 11 de janeiro de 2018, para proceder ao recebimento dos envelopes nº 01 e nº 02 entregue pelas proponentes interessadas na execução do objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 11/2018 que tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Rcapeamento Asfáltico sobre pavimentação polidétrica em estrada vicinal da Linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital. Fizera o cadastro para participarem da presente licitação as empresas PAVIMA – CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP, CNPJ sob nº 79.569.398/0001-31, SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ sob nº 08.715.392/0001-87 e a empresa VIA VENETTO CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ sob nº 02.911.627/0001-20.

Aberta a sessão pelo Senhor presidente, apresentou-se como proponente a empresa: SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ sob nº 08.715.392/0001-87, representada neste ato pelo senhor Aparecido Golçalves da Silva, portador do RG nº 4.433.141-1 SSP/PR e CPF/MF sob nº 569.058.909-87, mediante apresentação de Procuração Extra Judicial. O senhor representante, após se identificar junto à comissão de licitação, efetuou a entrega dos envelopes nº 01 e nº 02 contendo a documentação de habilitação e a proposta de preços da única proponente interessada, ocasião em que o senhor presidente declarou encerrado o prazo de entrega de qualquer envelope, nos termos do edital. A seguir, foram rubricados os envelopes nº 01 e 02 pela comissão de licitação e pelo representante da proponente presente. Em ato contínuo, procedeu-se à abertura do envelope nº 01 contendo a documentação de habilitação da empresa proponente que foi rubricada pelos membros da comissão de licitação e submetida ao exame e rubrica do representante da proponente presente.

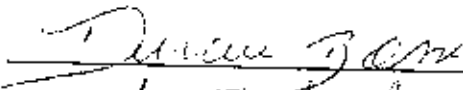
A seguir, a comissão de licitação examinou detalhadamente a documentação do envelope nº 01 da proponente participante, verificou-se que a empresa participante apresentou a Certidão Negativa Federal vencida, porém a mesma não é micro empresa não podendo se beneficiar da Lei nº 123/2006 e alterações posteriores, conferida os demais documentos apresentados pela empresa a mesma apresentou de acordo com o edital de licitação, porém a mesma não foi habilitada por apresentar Certidão Negativa Federal vencida. Diante do exposto e como a mesma foi a única proponente interessada em participar do certame, e conforme Art. 48, § 3º da Lei 8.666/93 que tem a seguinte redação:

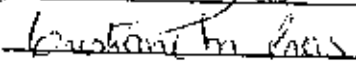
§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escolhidas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

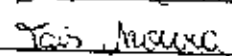
Diante disto abre-se o prazo de até oito dias úteis, para que a empresa participante apresente a documentação de acordo com o exigido no presente edital de licitação.

Nada mais havendo a tratar deu por encerrada a sessão, e finalizada a presente ata que vai assinada pelos membros da comissão de licitação e pelo representante presente.

COMISSÃO:

DIREU BONIN:  - Presidente

CRISTIANE MARTINS PREIS:  - Secretária

TAIS MOURA:  - Membro

PROONENTE PRESENTE:

PROONENTE	REPRESENTANTE	ASSINATURA
SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI	Aparecido Golçalves da Silva	



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR

ATA Nº 83/2018 DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018

Tendo em vista a Ata nº 80/2018 de recebimento dos envelopes nº 01 e 02 do dia 19 de novembro de 2018, referente à execução da TOMADA DE PREÇOS nº 11/2018 que tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital. Onde foi relatado em ata que a única empresa participante do certame apresentou a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais vencida, sendo que a mesma não é microempresa não podendo ser beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, mas de acordo com o Art. 48, § 3º da Lei 8.666/93, quando todas as empresas participantes forem inabilitadas abre se o prazo de oito dias úteis para que as participantes regularizem a documentação apresentada referente ao processo licitatório. Em conformidade com a Lei 8.666/93 na data de 26 de novembro de 2018, a empresa SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, apresentou a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, devidamente regularizada com vigência até o dia 23 de maio de 2019, a mesma encontra se em anexo ao processo licitatório, diante do exposto abre se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para abertura do envelope contendo a proposta de preços da empresa participante, caso não haja nenhum pedido de interposição de recursos quanto a habilitação da empresa SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, o envelope contendo a proposta de preços será aberto no dia 03 de dezembro de 2018, às 09:00horas no Departamento de Licitações deste Município.

Nada mais havendo a tratar deu por finalizada a presente ata que vai assinada pelos membros da comissão de licitação.

COMISSÃO:

DIRCEU BONIN:

- Presidente

CRISTIANE MARTINS PREIS:

- Secretária

TAIS MOURA:

- Membro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: S M RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
CNPJ: 08.715.392/0001-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:55:36 do dia 24/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/05/2019.

Código de controle da certidão: **948E.947C.C0AE.70F5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SM RESENDE
CONSTRUTORA DE OBRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2018

ENVELOPE 02

PROPOSTA DE PREÇOS

ABERTURA DIA 19/11/2018 ÀS 09:00 HS.

SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
CNPJ: 08.715.392/0001-87

INDICE

1	Carta Proposta	3
2	Planilha Preços Unitários / Orçamento	4 - 6
3	Cronograma Físico Financeiro	7
4	BDI	8
5	QCI	9





SM RESENDE
CONSTRUTORA DE OBRAS

PROPOSTA DE PREÇOS

SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
CNPJ: 08.715.392/0001-87

Curitiba, 19 de Novembro de 2018.

À Comissão de Licitação

Ref: Edital de Tomada de Preços nº 011/2018.
Processo nº 100/2018

Prezados Senhores,


Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S. nossa proposta de preços, relativa à Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, licitação em epígrafe. Data Base Agosto/2017 conforme orçamento fornecido.

O preço global proposto para execução da obra objeto da licitação supramencionada é de R\$ 964.559,25 (novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos)

O prazo de execução do objeto é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do fornecimento da Ordem de Serviços emitido pelo município.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº1 e nº2) pela Comissão de Licitação.

Atenciosamente,


STELLA MARIS RESENDE
DIRETORA
RG - 6.861.375-2 SSP/PR



SM RESENDE

CONSTRUTORA DE OBRAS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
Nº da Operação		Gestor / Programa / Ação / Modalidade			Modalidade/UF		Localidade		
100437/2017		MI / FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO			NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE		Estrada da linha São Luiz/ São Carlos/ Cabec		
Proponente		Objeto			Empreendimento / Apelido				
SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI		Recapeamento Asfáltico			Recapeamento de vias				
						BDI PADRÃO: 20,98%			
						BDI DIFERENCIADO 1:			
						BDI DIFERENCIADO 2:			
						BDI ZERO: 0,00%			
DAI/A BASE SINAPI: 08/2017 (NÃO DESONERADO)									
LOCALIDADE SINAPI: CURITIBA									
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR TOTAL COM BDI (R\$)	
1 RECAPEAMENTO ASFALTICO									
1.1 SERVIÇOS PRELIMINARES 84.105,58									
1.1.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	8,00	330,20	390,41	2.396,46	
1.1.2	Composição	008	DESMATAMENTO E LIMPEZA DIAM < 30 CM	M²	7.080,00	0,83	1,00	7.080,00	
1.1.3	Composição	001	Deslocamento de árvores diâmetro > 30 cm	UNIDADE	50,00	28,60	34,59	1.729,50	
1.1.4	SINAPI	89801	ESCAVAÇÃO VERTICAL A CÉU ABERTO, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA: 0,8 M³ / 111 LIT), FROTA DE 4 CAMINHÕES BASCULANTES DE 14 M³, DMT DE 2 KM E VELOCIDADE MÉDIA 22 KM/H. AF_12/2013	M3	3,20	10,05	12,16	39.398,40	
1.1.5	SINAPI	80105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE) COM COMPOSIÇÃO POR TRECHO COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,28 M3 / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M3	609,00	12,09	14,62	8.772,00	
1.1.6	SINAPI	74034/1	ESPALHAMENTO DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRA COM 153HP	M3	3.840,00	1,45	1,75	8.720,00	
1.1.7	Composição	002	COMPACTAÇÃO DE ATERROS 90% PMA	M²	3.840,00	2,30	2,78	10.675,20	
1.1.8	SINAPI	73806/001	LIMPEZA DE SUPERFÍCIES COM JATO DE ALTA PRESSÃO DE AR E ÁGUA	M2	1.800,00	1,84	2,23	17.394,00	
374.359,44									
2 BASE/SUBBASE									
2.1 BASE									
2.1.1	SINAPI	72945	IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM ADP CM-30	M2	7.800,00	1,00	1,21	9.438,00	
2.1.2	SINAPI	72942	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR-1C	M2	7.800,00	1,20	1,45	11.310,00	
2.1.3	SINAPI	85303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 30 M3 DE MASSA ASFALTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M3/KM	13.410,00	0,88	1,04	13.952,84	



SM RESENDE

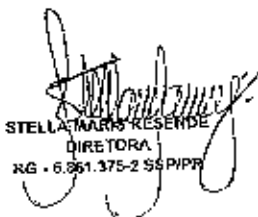
CONSTRUTORA DE OBRAS

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR TOTAL COM BDI (R\$)
2.1.4	Composição	006	CBUQ(QUANTIDADE MENOR QUE 10.000 TONELADAS)	TON	780,00	360,00	435,46	339.658,80
274.548,58								
3	REVESTIMENTO							
3.1	REVESTIMENTO							
3.1.1	SINAPI	72045	IMPRIMAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTAÇÃO COM ADP CM-30	M2	7.800,00	1,00	1,21	9.438,00
3.1.2	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 DE MASSA ASFALTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M3XKM	10.062,00	0,86	1,64	10.464,40
3.1.3	Composição	006	CBUQ(QUANTIDADE MENOR QUE 10.000 TONELADAS)	TON	505,00	360,00	435,46	204.744,10
17.693,99								
4	FAIXA ELEVADA							
4.1	FAIXA ELEVADA							
4.1.1	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 DE MASSA ASFALTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M3XKM	683,70	0,86	1,04	711,65
4.1.2	Composição	000	CBUQ(QUANTIDADE MENOR QUE 10.000 TONELADAS)	TON	39,90	360,00	435,46	16.982,94
20.664,48								
5	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL/VERTICAL							
5.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL/VERTICAL							
5.1.1	Composição	003	Faixa de Sinalização Horizontal ótima resina acrílica base solvente (0,34 m²/m²)	M²	268,00	23,10	27,94	7.540,27
5.1.2	Composição	003	Faixa de Sinalização Horizontal ótima resina acrílica base solvente (0,34 m²/m²)	M²	250,00	23,10	27,94	6.985,00
5.1.3	Composição	005	PLACA SINALIZAÇÃO REFLETIVA (0,50 M²/UND) + SUPORTE METALICO	M²	1,62	996,13	1.204,92	1.951,97
5.1.4	Composição	005	PLACA SINALIZAÇÃO REFLETIVA (0,50 M²/UND) + SUPORTE METALICO	M²	2,00	996,13	1.204,92	2.409,84
5.1.5	Composição	005	PLACA SINALIZAÇÃO REFLETIVA (0,50 M²/UND) + SUPORTE METALICO	M²	1,00	996,13	1.204,92	1.204,92
5.1.6	Composição	005	PLACA SINALIZAÇÃO REFLETIVA (0,50 M²/UND) + SUPORTE METALICO	M²	0,50	996,13	1.204,92	602,46
145.007,38								
6	DRENAGEM							
6.1	DRENAGEM							
6.1.1	SINAPI	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	561,00	84,29	101,90	57.189,50
6.1.2	SINAPI	79180	ESCOVAÇÃO MECANICA CAMPO ABERTO EM SOLO DRETO ROCHA ATÉ 2,00M PROFUNDIDADE	M3	657,75	2,00	2,40	1.618,07
6.1.3	SINAPI	7396416	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL	M3	107,32	54,12	65,46	12.916,57
6.1.4	SINAPI	93379	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM REFORÇO ESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RE (R0: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M3	160,43	13,30	16,69	7.408,32
6.1.5	SINAPI	7385611	Boca P/ RUEIRO SIMPLES TUBULAR D=0,40M EM CONCRETO CICLOPICO, INCLINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE	UN	26,00	583,31	705,97	18.344,82
6.1.6	SINAPI	92212	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	270,00	134,88	163,27	35.919,40
6.1.7	SINAPI	92214	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	48,00	199,80	241,86	11.600,64

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR TOTAL COM BDI (R\$)
7 ENSAIOS TECNOLÓGICOS								9.444,20
7.1 CUSTOS DE ENSAIOS								
7.1.1	SINAPI	74022/35	ENSAIO DE PORCENTAGEM DE BETUMIMISTURAS BETUMINOSAS	UN	10,00	118,03	142,77	1.427,70
7.1.2	SINAPI	74022/53	ENSAIO DE CONTROLE DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DA MISTURA ASFALTICA	UN	10,00	70,81	85,65	856,50
7.1.3	SINAPI	74022/56	ENSAIO DE DENSIDADE DO MATERIAL BETUMINOSO	UN	10,00	56,71	68,60	686,00
7.1.4	SINAPI	72872	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 01 EQUIPAMENTO DE SONDAÇÃO, DISTÂNCIA DE 10KM ATE 20KM	UN	10,00	535,24	647,43	6.474,30
8 SERVIÇOS FINAIS								28.577,34
8.1 CERCAS/PLANTIO DE ARBUSTOS								
8.1.1	SINAPI	99895	ESCAVAÇÃO VERTICAL A CÉU ABERTO, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM ESCAVADORA HIDRÁULICA (CAÇAMBA: 0,8 M³ / 111 HP), FROTA DE 7 CAMINHÕES RASCULANTES DE 14 M³, OMT DE 6 KM E VELOCIDADE MÉDIA 22 KM/H, AF_12/2013	M3	1.162,00	16,27	19,65	22.868,18
8.1.2	SINAPI	74153/1	ESPALHAMENTO MECANIZADO (COM MOTONIVELADORA 140 HP) MATERIAL 1A, CATEGORIA	M2	7.030,00	0,21	0,25	1.778,00
8.1.3	Composição	002	COMPACTAÇÃO DE ATERROS 95% PNA	M²	1.162,00	2,80	3,38	3.930,16
TOTAL								34.559,25

Declaro que os custos unitários adotados atendem ao regime de contratação previdenciária, sendo esta a alternativa mais adequada para a Administração Pública, e que o detalhamento dos encargos sociais atende ao estabelecido no SINAPI desta unidade da federação, para mão-de-obra horista e mensalista.

Curitiba, 19 de Novembro de 2018


STELLA MARIA RESENDE
 DIRETORA
 RG - 6.261.375-2 SSP/PR


HUMBERTO MANFROI MARIA
 CREA/PR 143194/D



Curitiba, 29 de Novembro de 2018

HUMBERTO MANFROI MARIA
CREA/PR 143184/D

DIRETORA
STELLA KOURIS RESENDE

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO BDI - PADRÃO		
Nº da Operação	Gestor / Programa / Ação / Modalidade	Município/UF
100437/2017	MI / FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
Proponente	Objeto	Empreendimento/Apelido
SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI	Recapamento Asfáltico	Recapamento de vias

Tipo da Obra (conforme Acórdão 2822/2013 - TCU):

- Construção de Rodovias e Ferrovias (também para Recapamento, Pavimentação e Praças)

ITENS	SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	5,00%
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO	STG	1,00%
TAXA DE RISCO	R	1,00%
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,80%
TAXA DE LUCRO	L	7,00%
TAXA DE TRIBUTOS	PIS (geralmente 0,65%)	0,60%
	COFINS (geralmente 3,00%)	3,00%
	ISS (legislação municipal)	0,90%
	CPRB (INSS)	0,00%
BDI conforme Acórdão 2027/2013 - TCU		20,96%
BDI RESULTANTE		20,96%

FÓRMULA UTILIZADA: $BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo do ISS corresponde a 30,00% do valor deste tipo de obra e, sobre esta base, indico ISS com alíquota de 3,00%.

Curitiba, 19 de Novembro de 2018


STELLA MARIS RESENDE
 DIRETORA
 RG - 6.861.375-2 SSP/PR


HUMBERTO MANFROI MARIA
 CREA/PR 143184/D




 HUMBERTO MANRÍQUEZ MARÍN
 CRNA/PR 1432847D





MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR

ATA Nº85/2018 DE ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 PROPOSTA DE PREÇOS

REFERENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018

PROCESSO Nº 100/2018

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, em sessão pública, sob presidência do Senhor Dirceu Bonin e membros, Tais Moura e Marcio Freitag, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 04/2018 de 11 de janeiro de 2018, para proceder a abertura do envelope nº02 contendo a proposta de preços da empresa participante na execução do objeto da Tomada de Preços nº 11/2018, referente a Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital. Aberta a sessão pelo Senhor presidente e passada a fase de interposição de recursos a fase de habilitação e como ninguém se manifestou contraria a documentação de habilitação apresentada pela empresa participante, deu-se sequência ao andamento do processo licitatório. Em ato contínuo, procedeu-se à abertura do envelope nº 02 contendo a proposta de preços, o presente ato foi procedido pela comissão de licitação. O preço proposto para a execução do objeto foi o seguinte:

SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, CNPJ sob nº 08.715.392/0001-87

Valor proposto para a execução do objeto: R\$ 964.559,25 (novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos)

Rubricada e analisada a proposta da empresa participante, fica exposto na presente ata que a partir desta data abre-se o prazo conforme legislação vigente para interposição de recursos a proposta apresentada da empresa participante do presente certame. Deixada livre a palavra, e como ninguém se manifestou, deu-se por encerrada a presente ata da sessão que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão de licitação.

COMISSÃO:

DIRCEU BONIN: Dirceu Bonin - Presidente

TAIS MOURA: Tais Moura - Secretária

MARCIO FREITAG: Marcio Freitag - Membro



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO

Ref.: Processo Licitatório nº. 100/2018
Tomada de Preços nº 11/2018
Menor preço - Global

Trata-se de Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços nº. 11/2018, para a contratação de Empresa especializada na execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da Linha São Luiz, no Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, conforme dispõe Convênio nº 862290/2017, celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional.

Analisando os autos, verifica-se que todas as exigências foram cumpridas.

Houve a publicação do edital em todos os veículos de publicação na forma da Lei.

Apenas uma empresa participou do certame. Quando da apresentação dos documentos de habilitação, notou-se que a Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais apresentada estava vencida. A Comissão de Licitação, de forma correta e baseada no disposto no art. 48 §3º da Lei nº. 8.666/93, concedeu prazo para que a empresa regularizasse a situação.

Cumprindo com o ordenado pela Administração, a empresa então foi considerada habilitada por ter cumprido os requisitos do edital, sendo vencedora sua proposta de Menor preço - Menor preço - Global.

Não houve interposição de recursos nem quaisquer manifestações dignas de nota.

Todos os atos realizados observaram a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação vigente.

Pelo exposto, sou favorável pela homologação do processo licitatório e pela ratificação dos atos praticados.

Nova Esperança do Sudoeste, 10 de Dezembro de 2018.

Maria Helena Blasius Cwiernia
MARIA HELENA BLASIUS CWIERNIA
ASSESSORA JURIDICA
OAB/PR: 82.464



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal, JAIR STANGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, tendo em vista a Ata de Abertura e Julgamento elaborada pela Comissão de Licitação e o Parecer Jurídico Conclusivo favorável, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

- a) Processo nº 100/2018
b) Licitação nº Tomada de Preços nº 11/2018
c) Data Homologação 10/12/2018
d) Objeto da Licitação Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional

A empresa executora da obra:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA EXECUTORA	TOTAL
1	1	Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica na Estrada da linha São Luiz para fomentar o escoamento da produção agrícola no Município de Nova Esperança do Sudoeste/PR, com 7.800mts²	SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI CNPJ sob nº 08.715.392/0001-87	RS = 964.559,25 Novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos

Nova Esperança do Sudoeste, 10 de dezembro de 2018.


JAIR STANGE
Prefeito Municipal

End 12-03 10:00 AM 12/3/03

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal, JAIR STANGE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.966/93 e alterações posteriores, tendo em vista a Ata de Abertura e Julgamento elaborada pela Comissão de Licitação e o Parecer Jurídico Conclusivo favorável, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

01) Processo nº	1507916
02) Licitação nº	Tomada de Preços nº 11/2018
03) Data Homologação	10/12/2018
04) Objeto da Licitação	Contratação de empresa especializada na Execução de Repasseamento Asfáltico sobre pavimento rígido por Árvore em serviço - com escovação 50% sobre o Município de Nova Esperança em R. Verde - PR, Unidade Orçamentária nº 663260/2017 rubricada em 10. Município e a Secretaria de Infraestrutura Nacional.

A empresa executora da obra:

ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA EXECUTORA	TOTAL
1	1	Repasseamento Asfáltico sobre pavimento rígido por Árvore em serviço da linha 500 volts para lanternas e esquadramento da produção asfáltica no Município de Nova Esperança do Sudoeste PR com 7.600m².	SV INCLUIJA CONSTRUTORA LTDA GERMES EIRELI CNPJ nº 08.718.952/0001-97	R\$ - 964.500,00 Nova Esperança do Sudoeste e o Município de Nova Esperança do Sudoeste PR.

Nova Esperança do Sudoeste, 10 de dezembro de 2018.
JAIR STANGE - Prefeito Municipal

10/12/2018



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 245/2018
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018
PROCESSO Nº. 100/2018
DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – PR, CNPJ: 95.589.289/0001-32

CONTRATADA: SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI- CNPJ: 08.715.392/0001-87

DO OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional

DO VALOR: R\$ 964.559,25(novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos)

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 180 (cento e oitenta) dias a partir da autorização do início da obra

PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 (Quinhentos e quarenta) dias findando em 04 de Junho de 2020.

FORO: Comarca de Salto do Lontra – Paraná.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 13 de dezembro de 2018


JAIR STANGE
Prefeito Municipal

DETENTOR DA DATA: INOVACELL CELULARES LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº. 30.161.083/0001-61 e Inscrição Estadual nº 90.177.843-77, situada na Avenida Iguaçu, 884, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, PR, CEP 85.835-000 neste ato representada pelo(a) senhor(a) GEVERSON CARARA devidamente inscrito(a) no CPF/ME sob nº. 830.402.960-00 e Cédula de Identidade nº. 6.326.537-0 SSP/PR.

DETENTORA DOS ITENS à saber:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	1	30	UN	Contêiner de armazenamento impressora HP multifuncional modelo HP JET PRO 452 (MFP M452DN) não remanufaturado e não reconstruído, validade mínima 12 meses a contar da entrega, capacidade máxima de impressão 40.000 cópias.	CHINAMATE/ EVOLUT	19,70
1	10	8	UN	Contêiner de armazenamento impressora HP multifuncional modelo HP JET PRO 452 (MFP M452DN) não remanufaturado e não reconstruído, validade mínima 12 meses a contar da entrega, capacidade máxima de impressão 40.000 cópias.	EVOLUT	60,90
1	11	4	UN	Contêiner de armazenamento impressora HP multifuncional modelo HP JET PRO 452 (MFP M452DN) não remanufaturado e não reconstruído, validade mínima 12 meses a contar da entrega, capacidade máxima de impressão 40.000 cópias.	CHINAMATE/ EVOLUT	45,70
1	12	12	UN	Contêiner de armazenamento impressora HP multifuncional modelo HP JET PRO 452 (MFP M452DN) não remanufaturado e não reconstruído, validade mínima 12 meses a contar da entrega, capacidade máxima de impressão 40.000 cópias.	CHINAMATE/ EVOLUT	44,80
1	17	12	UN	Contêiner de armazenamento impressora HP multifuncional modelo HP JET PRO 452 (MFP M452DN) não remanufaturado e não reconstruído, validade mínima 12 meses a contar da entrega, capacidade máxima de impressão 40.000 cópias.	CHINAMATE/ EVOLUT	19,00
1	22	8	UN	Contêiner de armazenamento impressora HP multifuncional modelo HP JET PRO 452 (MFP M452DN) não remanufaturado e não reconstruído, validade mínima 12 meses a contar da entrega, capacidade máxima de impressão 40.000 cópias.	CHINAMATE/ EVOLUT	60,90
1	25	12	UN	Contêiner de armazenamento impressora HP multifuncional modelo HP JET PRO 452 (MFP M452DN) não remanufaturado e não reconstruído, validade mínima 12 meses a contar da entrega, capacidade máxima de impressão 40.000 cópias.	CHINAMATE/ EVOLUT	44,80
Inovacell Celulares Ltda				R\$ 4.636,90		

FORD: Comarca de Salto do Litoral-PR.

DO REAJUSTE: Os percentuais de descontos registrados serão fixos e irrevogáveis. E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 13 de dezembro de 2018

JAIR STANGE
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - ÓRGÃO GERENCIADOR

INOVACELL CELULARES LTDA
CNPJ: 30.161.083/0001-61 - DETENTOR DA DATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF/RG: _____ CPF/RG: _____
Assinatura: _____ Assinatura: _____

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº. 245/2018
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2018 - PROCESSO Nº. 100/2018

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR. CNPJ: 95.589.289/0001-32
CONTRATADA: SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRLI - CNPJ: 06.745.392/0001-87
DO OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Execução de Recapeamento Asfáltico sobre pavimentação polidétrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste-PR. Conforme Convênio nº 862290/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional
DO VALOR: R\$ 984.555,25 (novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos)
DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 180 (cento e oitenta) dias a partir da autorização de início da obra
PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 (Quinhentos e quarenta) dias findando em 04 de Junho de 2020.
FORD: Comarca de Salto do Litoral - Paraná
Nova Esperança do Sudoeste, PR, 13 de dezembro de 2018
JAIR STANGE - Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CONTRATO Nº 245/2018 REFERENTE A EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, A PREÇOS FIXOS E SEM REAJUSTE QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE/PR E A EMPRESA SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2018, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR situado na Avenida Iguaçu, nº 750, Centro, CEP: 85635-000, Nova Esperança do Sudoeste, PR, CNPJ sob nº 95.589.289/0001-32, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JAIR STANGE**, portador da cédula de identidade R.G. nº 5.882.606-7 SESP-PR, e CPF nº 945.222.439-87, e a empresa **SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**, CNPJ 08.715.392/0001-87, localizada na Rua Capitão João Ribas de Oliveira, 81 - Sala B, na Vila Guabirota na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada pela senhora **STELLA MARIS RESENDE** portadora da cédula de identidade R.G. Nº 6.861.375-2 SSP/PR, e inscrita no CPF nº 338.575.201-91, residente na AV. Visconde Guarapuava, nº 5015, Apto 2001 Bairro Batel na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, firmam o presente Contrato de Empreitada com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, na proposta da **CONTRATADA** datada de 19 novembro de 2018, conforme condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a execução de **Recapamento Asfáltico sobre pavimentação poliédrica em estrada vicinal da linha São Luiz do Município de Nova Esperança do Sudoeste - PR, Conforme Convênio nº 862280/2017 celebrado entre o Município e o Ministério da Integração Nacional, incluindo material e mão-de-obra, conforme Projetos e Planilha Orçamentária em anexo ao edital, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da Tomada de preços nº 11/2018, fornecida pelo CONTRATANTE.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O preço global para a execução do objeto deste Contrato, a preço fixo e sem direito a reajuste dos preços unitários, é de R\$ 954.559,25 (novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) daqui por diante denominado "**VALOR CONTRATUAL**".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

As despesas com a execução do objeto deste Contrato serão com recursos oriundos do Governo do Federal através do Ministério da Integração Nacional e da contrapartida do Município, na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA						FONTE	CATEGORIA
DIVISAO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	1849	0802	15	451	16	1	6	449051020200

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

A **CONTRATADA** obriga-se a entregar ao **CONTRATANTE** o objeto deste Contrato inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados apartir da emissão da Ordem de Serviços emitido pelo município.

Parágrafo Primeiro

Os serviços deverão ser iniciados a partir da autorização expedida pelo Município.

Parágrafo Segundo

Somente será admitida alteração do prazo quando:

- houver alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo **CONTRATANTE**;
- houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste Contrato, por atos do **CONTRATANTE**;



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



c) houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;

d) por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;

e) atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;

e) por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado.

f) Outros casos previsto em lei.

Parágrafo Segundo

Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.

Parágrafo Terceiro

Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

Parágrafo Quarto

O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução da obra com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

a) confecção e colocação de placas de obra;

b) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

c) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;

d) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;

e) manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;

f) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;

g) não manter em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

h) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

i) fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos.

j) manter regulares todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidente sobre os serviços objeto deste Contrato.

2



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

- a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- c) garantir à CONTRATADA acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato e
- d) garantir à CONTRATADA acesso às suas instalações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, após autorização para pagamento pelo Município e após a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias (*original e uma cópia*), no protocolo geral na sede do CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro fiscal;

b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GRPS do mês de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra, e cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra;

c) a liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação:

- da ART pela CONTRATADA;
- da quitação junto ao INSS, através da CND conjunta Federal;
- da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRS;
- da matrícula do INSS, referente ao objeto contratado.

d) a liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

- da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído através da CND conjunta Federal;
- do Termo de Recebimento Provisório;

Parágrafo Primeiro

O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR – CNPJ nº 95.589.289/0001-32, Avenida Iguaçu, nº 750, Centro, CEP: 85635-000, e constar na Nota fiscal nº contrato, da referida Tomada de Preços, do processo licitatório e do convênio.

Parágrafo Segundo

Se os serviços previstos numa parcela mensal do cronograma físico-financeiro não forem executados, qualquer serviço da parcela mensal seguinte não será pago.

CLÁUSULA OITAVA

No caso em que o valor dos serviços executados for superior ao da parcela mensal estabelecida no cronograma físico-financeiro, estes poderão ser faturados desde que todos os serviços das parcelas mensais anteriores estejam concluídos.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO

3



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita pelo CONTRATANTE através da profissional a Sr.(a) Lilian Giseli Alberton, engenheira civil. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços a comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Parágrafo Primeiro

A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir;

Parágrafo Segundo

A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro

A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária, Boletim Diário de Ocorrências - BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

Parágrafo Quarto

A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

Parágrafo Quinto

Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto

Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

Parágrafo Sétimo

A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar o cronograma dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.

Parágrafo Oitavo

Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva, após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRAS PROVISÓRIAS

A CONTRATADA deve submeter à fiscalização os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

4



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

Parágrafo Segundo

A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

Parágrafo Terceiro

A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias, onde requeridas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativos que se fizer(em) na obra, em até 25 % (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do Contrato.

Parágrafo Primeiro

A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

Parágrafo Segundo

Se no Contrato não houver sido contemplados preços unitários para a obra, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daquelas que julgar impróprios.

Parágrafo Primeiro

Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

Parágrafo Primeiro

O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo

A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá de total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares - NRs 01 a 28 e em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

Parágrafo Terceiro



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NRs aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77.

Parágrafo Quarto

O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não-cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

Parágrafo Quinto

Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente(s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

Parágrafo Único

A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste Contrato, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos, especificações técnicas e/ou memoriais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo até 15 (quinze) dias após a comunicação da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam da responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro

O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro

Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais.

Parágrafo Segundo

Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

À CONTRATADA serão aplicadas penalidades pelo CONTRATANTE a serem apuradas na forma a saber:

- a) multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão da obra;
- b) multa de 0,1% (*um décimo por cento*) do valor contratual por dia de atraso na colocação de placas, conforme modelos fornecidos pelo CONTRATANTE, contado a partir do 10º dia da data da assinatura do contrato;
- c) multa de 1% (*um por cento*) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais;
- d) multa de 10% (*dez por cento*) do valor contratual quando a CONTRATADA ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- e) multa de 20% (*vinte por cento*) do valor contratual quando ocorrer rescisão do Contrato conforme o estabelecido na Cláusula Décima Nona, Parágrafo Primeiro;
- f) suspensão do direito de participar em licitações/contratos advindos de recursos do CONTRATANTE, ou de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a rescisão contratual ou declaração de inidoneidade, por prazo a ser estabelecido pelo CONTRATANTE em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA;

Parágrafo Primeiro

A multa será cobrada pelo CONTRATANTE de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente. Caso a CONTRATADA não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas ou será descontada do valor da garantia de execução e adicional se houver.

Parágrafo Segundo

As penalidades previstas no *caput* poderão cumular-se, e o montante das multas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratual e, também, não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação ao contratado dos atos a serem realizados.

Parágrafo Primeiro

Compete ao Prefeito Municipal o senhor Jeir Stange, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.

Parágrafo Segundo

É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, for dissolvida ou por superveniente incapacidade técnica;
- b) quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o Contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



c) quando houver atraso dos serviços pelo prazo de 30 (trinta) dias por parte da CONTRATADA sem justificativa aceita pela CONTRATANTE;

d) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização, e

e) demais hipóteses mencionadas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro

Decorrido atraso na execução do objeto, por período igual ou superior a 1/3 (um terço) do prazo de execução sem manifestação da CONTRATADA, estará caracterizada a inadimplência da mesma ficando assegurado ao CONTRATANTE tomar as medidas cabíveis para a Rescisão Contratual e a aplicação da multa em conformidade com o estabelecido na Cláusula Décima Sétima, letra e).

Parágrafo Segundo

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, a perda da garantia de execução sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA se obriga a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos cujos textos são de conhecimento da CONTRATADA: o instrumento convocatório, projetos, especificações técnicas, memoriais, bem como a proposta, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, anexos e pareceres que formam o processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer alterações nos projetos, nas especificações técnicas, nos memoriais, nas quantidades, nos prazos ou nos valores, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato é de 540 (Quinhentos e quarenta) dias, contados da data da assinatura do Contrato de Empreitada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que, sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

Parágrafo Único

Qualquer objeto de valor histórico, valor significativo que venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente edital, deverá a Contratada notificar a fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

8



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



CLAUSULA VIGESIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

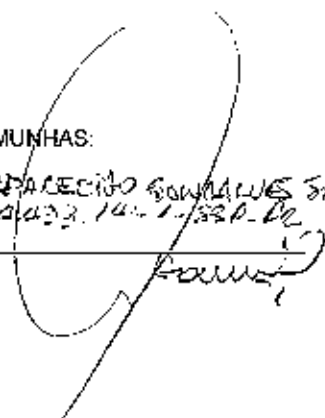
E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 13/12/2018.


MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
CONTRATANTE
JAIR STANGE
Prefeito Municipal


SM RESENDE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI
CONTRATADO
STELLA MARIS RESENDE
Administradora

TESTEMUNHAS:

Nome: APARECIDO GOMES SILVA
RG nº: 4.433.142-1-SSP-PR
Ass: 

Nome: Elizandro A. Faust
RG nº: 6.388.836-2
Ass: 